



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

KAMILA BATISTA DA SILVA BARBOSA MENEZES

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGRICULTORES URBANOS E
PERIURBANOS - AUP:** UMA PROPOSTA PARA A ASSOCIAÇÃO DE
PRODUTORES E HORTIFRUTIGRANJEIROS DA GLEBA GUAJARÁ,
ANANINDEUA, PA

CASTANHAL
2020

KAMILA BATISTA DA SILVA BARBOSA MENEZES

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGRICULTORES URBANOS E
PERIURBANOS - AUP: UMA PROPOSTA PARA A ASSOCIAÇÃO DE
PRODUTORES E HORTIFRUTIGRANJEIROS DA GLEBA GUAJARÁ,
ANANINDEUA, PA**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA *Campus* Castanhal, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Louise Ferreira Rosal

CASTANHAL
2020

Dados para catalogação na fonte
Setor de Processamento Técnico Biblioteca
IFPA - Campus Castanhal

M543f Menezes, Kamila Batista da Silva Barbosa
Formação profissional de agricultores urbanos e e periurbanos -
AUP: uma proposta para a associação de produtores e
hortifrutigranjeiros da gleba Guajará, Ananindeua, PA / Kamila
Batista da Silva Barbosa Menezes. – 2020.
82 f.

Impresso por computador (fotocópia).
Orientadora: Prof. Dra. Louise Ferreira Rosal.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de
Empreendimentos Agroalimentares) – Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2020.

1. Agricultura urbana e periurbana – Ananindeua (PA). 2.
Produtos agrícolas - comercialização. 3. Ensino profissional. I.
Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará
II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
III. Título

CDD: 630.715

Biblioteca/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Bibliotecária Leontina da Cunha Nascimento – CRB-2: 970

KAMILA BATISTA DA SILVA BARBOSA MENEZES

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGRICULTORES URBANOS E
PERIURBANOS - AUP: UMA PROPOSTA PARA A ASSOCIAÇÃO DE
PRODUTORES E HORTIFRUTIGRANJEIROS DA GLEBA GUAJARÁ,
ANANINDEUA, PA**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA *Campus* Castanhal, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares para a obtenção do título de Mestre.

Data da defesa: 16 / 05 /2020.

Conceito: _____.

Profa. Dra. Louise Ferreira Rosal
(Orientadora)

Prof. Dr. Romier da Paixão Sousa
(Membro Interno)

Profa. Dra. Thais do Socorro Pereira Pompeu Sauma
(Membro Externo)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de dissertação de mestrado a Julio Menezes, em memória do meu avô e a toda a minha família, que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Ti, Deus Todo Poderoso, pela intensidade de Tua presença em tudo o que faço.

À minha mãe e ao meu pai, Vera Gilda e Paulo Barbosa, pelo amor e por terem me apoiado em todos os momentos da minha vida, dando-me suportes emocional, material e espiritual, necessários para transpor todas as barreiras que aparecem no caminho da vida.

À minha irmã, Karien Barbosa, pela amizade e pelo apoio. Obrigada por sua companhia.

Ao meu companheiro, parceiro e amigo Julio Menezes que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, apoiando as decisões, me motivando e não permitindo que desistisse diante das dificuldades.

À minha orientadora, Profa. Dra. Louise Rosal, por ter aceitado conduzir minha orientação, depois de muitas idas e vindas das intempéries presentes na construção desta dissertação de Mestrado, por ter acreditado na minha capacidade, pela confiança e pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos tão fundamentais para o desenvolvimento deste estudo e, sobretudo, pela paciência.

A todos os docentes do programa de mestrado profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA *Campus* Castanhal e do IFPA *Campus* Ananindeua, que contribuíram para a minha formação e para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Sr. Luís Antônio de Oliveira Brito Júnior e Sra. Edilene da Conceição Costa, responsáveis pela Associação de Hortifrutigranjeiros do Gleba Guajará – Apha, pelo auxílio no desenvolvimento da pesquisa. À Sra. Marlyn, administradora da Apha, sempre disposta a ajudar e a prestar todas as informações a todo momento. A todos da APHA que contribuíram e participaram na execução das atividades e, principalmente, pelo acolhimento dedicado ao trabalho desenvolvido.

As amigas Adriana Diniz, Klaissa Anderson e Jéssica Lima pela amizade e pelo apoio indispensáveis para a realização deste estudo, incentivando-me e não me deixando desistir.

A todos os amigos que fiz durante o curso de mestrado, em especial aos colegas para todas as horas: Karla, Jakeline, Fernanda, Thiago.

Enfim, dedico esta dissertação de mestrado a todos àqueles e àquelas que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desse sonho. A todos vocês, a minha sincera homenagem e o meu muito obrigada!

*“Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”*
Paulo Freire, 2011.

RESUMO

A Agricultura Urbana e Periurbana – AUP é um tema relativamente novo para a comunidade acadêmica e para a sociedade brasileira. A AUP inclui desde a produção, o agroextrativismo e a coleta, até a transformação e a prestação de serviços de forma segura, para gerar produtos agrícolas como as atividades exercidas na Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará – APHA, em Ananindeua, no Pará, *lócus* desta pesquisa – que tem sua área de abrangência na região metropolitana de Belém – RMB. Neste contexto, a aproximação ao tema se deu a partir do conhecimento da existência da APHA, que trabalha com a agricultura Urbana e Periurbana e tem sua sede no município de Ananindeua, que conta desde 2015 com um *Campus* do Instituto Federal do Pará. A instituição apresenta, entre suas missões, a oferta de educação profissional em todos os níveis e modalidades, com vistas ao desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes dos trabalhadores rurais. O trabalho buscou traçar o perfil desses trabalhadores a fim de construir uma proposta de formação profissional para os agricultores urbanos e periurbanos da APHA, objetivando a partir desse estudo contribuir para promoção e o desenvolvimento local por meio de ações de qualificação educacional. A identificação da problemática permitiu questionar: De que forma se poderia promover uma melhoria da produção e qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da APHA? Quais as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras da APHA e de seus dependentes na busca pela melhoria de produção? Para este estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa de campo, por meio de visitas à APHA, reuniões com os responsáveis da associação, reunião com os associados e cooperados para diagnóstico dos sujeitos da pesquisa, com coleta de dados por meio de entrevista e aplicação de questionários. Um dos principais pontos analisados e que geraram os resultados da pesquisa aplicada foi o interesse em capacitação e a necessidade de formação escolarizada e profissional dos sujeitos da pesquisa (agricultores familiares) que, em sua maioria, foram do gênero feminino e possuíam apenas o ensino fundamental. O resultado do estudo também indicou o interesse dos agricultores na criação de cursos de capacitação e profissionalização na área de gestão e comercialização de produtos agrícolas que propiciem um melhor resultado para a associação. Assim, como produto final, se propôs a construção de um projeto pedagógico para um curso de formação inicial e continuada – FIC, que atendesse à demanda dos agricultores da APHA: Curso de Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas. O curso visa desenvolver as habilidades e competências profissionais dos associados para os negócios da AUP de forma profissional, ética, com transparência nas relações, compromisso com resultados do trabalho, por meio das ações de mercado, comercialização e gestão de negócios agrícolas, que traz a reflexão sobre o uso de ferramentas e conceitos necessários na agricultura urbana, com foco na economia e administração, podendo trazer uma maior lucratividade para a produção da APHA e dos seus associados, como potencial de inovação e desenvolvimento para este setor agrícola.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana. Associação de Produtores da APHA. Educação Profissional. Formação Inicial e Continuada. Gestão e Comercialização de Produtos da Agricultura Urbana e Periurbana.

RESUMEN

Agricultura urbana y periurbana - AUP es un tema relativamente nuevo para la comunidad académica y para la sociedad brasileña. La AUP incluye desde la producción, agroextractivismo y acopio, hasta la transformación y la prestación de servicios de manera segura, para generar productos agrícolas como las actividades que se realizan en la Gleba Guajará - Asociación de Productores y Hortalizas APHA, en Ananindeua, en Pará, locus de esta investigación - que tiene su área de cobertura en la región metropolitana de Belém - RMB. En este contexto, el abordaje de la temática partió del conocimiento de la existencia de APHA, que trabaja con la agricultura urbana y periurbana y tiene su sede en el municipio de Ananindeua, que cuenta con un Campus del Instituto Federal de Pará desde 2015. La institución entre sus misiones está la provisión de educación profesional en todos los niveles y modalidades, con miras al desarrollo regional sostenible, valorando la diversidad e integración de los conocimientos de los trabajadores rurales. El trabajo buscó trazar el perfil de estos trabajadores con el fin de construir una propuesta de formación profesional para agricultores urbanos y periurbanos de la APHA, con el objetivo de este estudio de contribuir a la promoción y desarrollo local a través de acciones de capacitación educativa. La identificación del problema nos permitió cuestionarnos ¿cómo podría promover una mejora en la producción y calidad de vida de los trabajadores de APHA? ¿Cuáles son las necesidades de los trabajadores de APHA y sus dependientes en la búsqueda de mejorar la producción? Para este estudio se optó por la investigación bibliográfica y documental, además de la investigación de campo, a través de visitas a APHA, reuniones con los responsables de la asociación, reunión con socios y cooperativistas para el diagnóstico de los sujetos de investigación, con recolección de datos. a través de entrevistas y cuestionarios. Uno de los principales puntos analizados y que generó los resultados de la investigación aplicada fue el interés por la formación y la necesidad de formación escolarizada y profesional de los sujetos de investigación (agricultores familiares), quienes, en su mayoría, son mujeres y solo tienen el enseñanza fundamental. El resultado del estudio también indicó el interés de los agricultores en la creación de cursos de capacitación y profesionalización en el área de gestión y comercialización de productos agrícolas que brinden un mejor resultado para la asociación. Así, como producto final, se propuso construir un proyecto pedagógico para un curso de formación inicial y continua - FIC, que atienda la demanda de los agricultores de la APHA: Curso de Gestión y Comercialización de Productos Agrícolas. El curso tiene como objetivo desarrollar las habilidades y competencias profesionales de los miembros para los negocios de la AUP de manera profesional, ética, con transparencia en las relaciones, compromiso con los resultados laborales, a través de acciones de mercado, mercadeo y gestión de negocios agrícolas, lo que trae Reflexión sobre el uso de herramientas y conceptos necesarios en la agricultura urbana, con foco en la economía y la administración, que pueden traer mayor rentabilidad a la producción de APHA y sus asociados, como potencial de innovación y desarrollo para este sector agrícola.

Palabras clave: Agricultura urbana y periurbana. Asociación de Productores APHA. Educación profesional. Educación inicial y continua. Gestión y Comercialización de Productos Agrícolas Urbanos y Periurbanos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades da AUP – Regiões Norte e Nordeste (2017).....	34
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana de Belém, PA (RMB)	35
Figura 2 – Localização da APHA no Município de Ananindeua, PA.....	42
Figura 3 – Sensibilização de docentes na Semana Pedagógica IFPA – Campus Ananindeua.....	45
Figura 4 – Reunião com os agricultores da APHA.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos entrevistados participantes da pesquisa da APHA.....	49
Gráfico 2 – Tempo dedicado à atividade agrícola por participante da pesquisa da APHA.....	50
Gráfico 3 – Membros da família envolvidos na atividade agrícola entre os participantes da pesquisa na APHA.....	50
Gráfico 4 – Interesse dos agricultores da APHA participantes da pesquisa em cursos de qualificação.....	51
Gráfico 5 – Número de agricultores da APHA participantes da pesquisa que realizaram cursos de qualificação.....	52
Gráfico 6 – Cursos de qualificação de interesse dos agricultores da APHA participantes da pesquisa.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
APHA	Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará
ASCAR	Associações de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AP	Agricultura Periurbana
AU	Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
CF	Constituição Federal
CMAF	Comitê Consultivo das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ES	Economia Social
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
HUP	Horticultura Urbana e Periurbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PNAUP	Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Plano Safra da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais

RMB	Região Metropolitana de Belém
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
TLCE	Termo de Livre Consentimento Esclarecido
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
USDA	United States Department of Agriculture (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA/EUA)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 Agricultura Urbana e Periurbana - AUP: Conceitos e Definições	23
2.2 A Agricultura Urbana e Periurbana no Mundo e no Brasil	30
2.3 A Agricultura Urbana e Periurbana no Pará.....	33
2.4 Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará.....	36
3 METODOLOGIA: O PERCURSO DA PESQUISA.....	41
3.1 Caracterização da Área de Estudo	41
3.2 Percurso Metodológico da Pesquisa de Campo.....	43
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A – PROPOSTA DE CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A APHA.....	68
APÊNDICE B – Questionário com os sujeitos da pesquisa	79
APÊNDICE C – Lista de Presença dos Associados e Membros.....	82

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional de agricultores é um tema que vem ganhando relevância, pois faz referência ao aprimoramento das políticas públicas educacionais e sociais, e pode representar a inclusão dos agricultores, propiciando melhoria na produção, na transformação e na prestação de serviços, de forma a gerar conhecimento que auxilie na gestão de seu negócio, agregue qualidade e valor ao seu produto.

Nos últimos anos a educação no Brasil vem apresentando alguns avanços na sua legislação, a ocorrência de uma maior democratização da educação beneficiou diferentes grupos sociais. Um exemplo disso é a implementação e a consolidação da modalidade do ensino básico denominada de Educação do Campo. No entanto, apesar dos avanços a formação de trabalhadores rurais não chega a todos (CRAVEIRO; XIMENES, 2013).

Uma das grandes preocupações contidas nos estudos sobre agricultura, sejam elas no campo ou na cidade, estão nas implementações das políticas públicas condizentes com a realidade específica de cada população. No que diz respeito à educação para o campo, estudos demonstram que a educação profissional, ou mesmo a formação de trabalhadores, pode representar melhoria de vida dos mesmos (SOUZA, 2008).

Para Arroyo (2010), ao longo da história, a grande desigualdade entre os alunos (raça, etnia, classe) que chegam às escolas públicas têm sido vista como um fardo. A visão racista descaracteriza as políticas socioeducativas, inferioriza e desvaloriza os desiguais.

Uma educação de qualidade precisa ser garantida nos espaços escolares e não-escolares, visando à formação integral do cidadão para que ele possa fazer valer os demais direitos, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda (Freire, 2000), neste sentido, aposta-se na educação como uma forma de garantir a inclusão de todos aqueles que historicamente foram relegados de seus direitos humanos e sociais, a sociedade avançou e com isso acredita-se no avanço de uma educação igualitária e não excludente (FONSECA; PIMENTA, 2012, p. 3).

Assim, é necessário o aprofundamento da pesquisa e do debate sobre o aperfeiçoamento da legislação que viabilize a reestruturação efetiva dos cursos profissionalizantes e de capacitação referentes à formação de agricultores no país. Fátima Beatriz de Benedictis DELPHINO demonstra em seu texto que a educação profissional sempre esteve seguindo modelos econômicos (agronegócio, mineração, siderurgia, indústria, comércio), que direcionam uma mão de obra exigida pelo mercado de trabalho gerado por esses modelos:

O sistema educacional brasileiro, ao longo de sua história, sempre foi incapaz de oferecer os recursos humanos que a expansão econômica necessitava, não contribuindo de forma significativa para a mobilidade social esperada. Somente quando finalmente conseguir atrelar-se a centros criadores de ciência e tecnologia, que proporcionem uma visão crítica do conjunto do sistema e do processo produtivo, será livre dos instrumentos de dominação que o cercam e fará com que a escola se transforme em fator de desenvolvimento humano e social (DELPHINO, 2010, p. 205).

O processo de globalização, associado a necessidade do país de inserir-se no mercado de trabalho faz com que a educação profissional se incorpore à educação regular, assumindo uma linguagem científica e tecnológica:

Tanto o desenvolvimento científico e tecnológico quanto o desenvolvimento econômico, caracterizam-se hoje por sua globalização. A inter-relação e a interdependência das economias, mercados, tecnologias, comunicações, problemas ecológicos, etc. arrastam o mundo inteiro para a integração. Por isso não está em discussão a necessidade de todos os países se integrarem. Está em questão o tipo de integração. Os processos de globalização e de regionalização são processos complementares (GADOTTI, 2004, p.2).

Cabe trazer para o trabalho uma reflexão acerca da educação nas áreas rurais e, neste sentido, é importante observar que o ensino ofertado nas escolas rurais sempre esteve voltado para objetivos práticos e sucintos, com intenção simples de alfabetização de crianças e jovens no campo, preparando estes para atender ao mercado de trabalho.

A “educação rural” estava assentada numa concepção positivista do pensamento, mercadológica, de política educacional direcionada para uma formação pragmática, apenas para desenvolver atividades no mundo do trabalho, carregando uma “coisificação” e uma “desumanização” dos sujeitos. O termo “rural” era empregado à época do governo Vargas para delimitar os espaços urbano e rural

e direcionar as ações políticas nesses dois espaços. Embora entendidos como espaços diferentes, as políticas públicas de educação eram as mesmas para os dois, o que era desenvolvido para o urbano se aplicava ao rural (COSTA, 2013, p.79).

Para Camacho (2013, p.318-319), três premissas devem ser levadas em consideração para entender o processo de construção da educação do campo sendo a primeira a necessidade de uma educação de qualidade no campo com políticas públicas que promovam a inclusão social; a segunda premissa trata da especificidade da educação do campo, ou seja, levar uma educação contextualizada com a realidade histórica e espacial dos sujeitos do campo; e, por fim, a terceira premissa trata de uma educação do campo formadora de resistência com proposta emancipatória, contra o capital, mais especificamente contra o agronegócio, sendo este inimigo do campesinato.

Desse modo, o desenvolvimento local está diretamente associado a melhorias dos indicadores sociais que pode acontecer através de formação profissional de agricultores. Neste contexto, cabe destacar os filhos dos agricultores que passaram pelo processo de escolarização e acabaram se afastando da atividade agrícola e inseridos em outras atividades para colaborar no sustento de suas famílias. Por isso, o processo de escolarização precisa trazer características locais e regionais que incorporem o aprendizado na escola com a importância do trabalho desenvolvido pela família e as possibilidades de mudança e progresso na vida destes sujeitos (ALVES, 2011).

Entretanto, uma das grandes preocupações contidas nos estudos sobre agricultura, sejam elas no campo, na cidade ou área periurbana, estão nas implementações das políticas públicas condizentes com a realidade específica de cada população. No que diz respeito à educação para o campo, estudos de Arroyo (2010), Camacho (2013) e Caldart (2012) demonstram que a educação profissional, ou mesmo a formação de trabalhadores, pode representar melhoria de vida desses sujeitos.

Com a industrialização intensificada a partir das décadas de 1950 e 1960 ocorreu um processo de urbanização tardia e intensa afetando diretamente as cidades, como consequência do êxodo rural – a ideia de industrialização e urbanização como fundamentais para as transformações da sociedade, inclusive possibilitando novas formas de agricultura, entre elas a ocorrida em cidades.

Com o processo de modernização da agricultura brasileira e as diversas mudanças nas relações sociais no campo, na segunda metade da década 1960 ocorreu uma intensificação do êxodo rural, promovendo um acentuado processo de urbanização nas cidades. Esse processo de urbanização trouxe sérios problemas para o ambiente urbano, como concentração dessa população nas periferias, a falta de políticas públicas, baixa assistência à saúde, a ausência de condições adequadas de moradia, o desemprego, a miséria, fome e a violência (SLINGER, 2000; TEIXEIRA, 2005).

A relação entre o campo e a cidade apresentou-se muito importante, haja vista a necessidade de consumo das cidades, especialmente a ocupação de seu entorno pelo cinturão verde, expresso pelo consumo de hortaliças e leguminosas. A medida que ocorre a expansão horizontal das cidades, novas áreas são incorporadas ao urbano, contudo, as atividades de cultivo são mantidas por pequenos agricultores rurais (ARRUDA, 2006).

O crescimento das cidades trouxe mudanças nos modos de vida das pessoas, refletindo nas características de organização dos espaços meio urbano, dificultando traçar limites entre zonas rurais e urbanas (SILVA; SABLAYROLLES, 2014).

Desta forma, a produção agrícola desenvolvida em áreas urbanas e áreas entre o campo e a cidade passa a ser denominada de Agricultura Urbana e Periurbana – AUP como descrito por Mougeot (2000), Madaleno (2001) e Almeida e Costa (2014).

Assim, Mougeot (2000) ressalta que a Agricultura Urbana e Periurbana é uma prática que remonta a história da humanidade, desde a formação dos primeiros assentamentos humanos. No entanto, os estudos acerca desta temática são recentes e vêm ganhando importância, estando associados ao processo de urbanização dos países subdesenvolvidos na contemporaneidade.

Desta feita, a agricultura urbana e periurbana pode ser entendida como aquela dentro ou na periferia dos centros urbanos, onde produz e distribui uma variedade de produtos, especialmente alimentícios, na qual se utilizam os recursos humanos e materiais, além de produtos e serviços encontrados dentro e no entorno da área urbana, e, oferecem recursos, produtos e serviços para essa mesma área e outras (MOUGEOT, 2000).

Já para Madaleno (2001), a agricultura urbana e periurbana, historicamente não é recente nas cidades, esta prática é considerada como parte integral da gestão urbana, sendo utilizada como um meio para a minimizar a pobreza, através do trabalho familiar com o manejo ambiental. Nesse sentido, a AUP no Brasil passa a integrar as políticas sociais que buscam o resgate da cidadania e do equilíbrio social urbano.

No Brasil, o marco legal da Agricultura Urbana e Periurbana – AUP é recente. O estudo de Santandreu e Lovo (2007) “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas Para Sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras”, destaca que a presença de legislação específica para a promoção da AUP é um fenômeno recente e por esse motivo pouco encontrado nos municípios do país afora.

Este novo cenário da agricultura urbana e periurbana no Pará é citado por pesquisadores da Amazônia como um fator importante nos processos de desenvolvimento sustentável local, captando além das fronteiras entre o que é econômico, social, político, cultural e ambiental, como uma atividade que fornece oportunidades para famílias menos favorecidas economicamente, que vão além da produção de alimentos frescos, mas de ocupação para jovens, adultos e idosos, em situação de risco, de geração de renda por meio de novas atividades e/ou comercialização, de melhor aproveitamento dos espaços urbanos entre outras vantagens (SEQUEIRA, 2014; COSTA *et al.*, 2017).

A Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Pará está sendo implementada como componentes dos sistemas públicos de abastecimento alimentar em regime de colaboração com Estados, Municípios e Distrito Federal para o planejamento, coordenação e a supervisão – coordenada pelos Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional, da Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU), responsável pela implantação dos Programas de Agricultura Urbana e Periurbana e Compra Direta Local da Agricultura Familiar, modalidade Municipal. (BRASIL – MDS, 2018, p.12).

No estado do Pará existem AUPs, a exemplo, na região metropolitana de Belém, no município de Ananindeua – PA mais precisamente, na Estrada do Curuçambá, nº14, bairro do Curuçambá, onde fica a sede da Associação dos

Produtores da Gleba Guajará – APHA, que pode ser classificada como agricultura urbana e periurbana praticada por agricultores familiares.

Em 1979, chegaram os primeiros produtores de hortaliças, constituídos por cerca de 16 famílias, expulsas de áreas próximas recém-ocupadas por conjuntos habitacionais (PMDRS, 2012). Em 1988, foi ampliado o estatuto nos termos de associação e foi organizada como Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará (APHA).

Produtores rurais do entorno do município de Ananindeua procuram a APHA para se associarem em busca dos benefícios, como: o não pagamento de energia; aquisição de produtos mais baratos; acesso a cursos; entre outros. A maior lucratividade da APHA e de seus membros ocorre quando sai a ata de licitação para o fornecimento de produtos para as escolas e instituições municipais, por meio de programas de governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Adicionalmente, políticas públicas educacionais que visaram a expansão da rede federal de ensino possibilitaram a inauguração do *Campus* Ananindeua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, que em suas finalidades estatutárias prevê, entre suas missões, a promoção da educação em todos os níveis e modalidades, com intuito do desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes (BRASIL, 2008).

Atualmente, a APHA possui aproximadamente 439 associados, e o IFPA tem como seus preceitos o atendimento dessa comunidade a fim de promover o desenvolvimento local – especialmente o educacional, além da formação profissional, entre outros. Uma parceria institucional que visa reduzir os baixos índices sociais, além da preservação da agricultura familiar urbana.

Ademais, a escolha do tema dessa pesquisa foi orientada pela importância que a Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará – APHA tem para a manutenção das atividades agrícolas dos seus associados e, para que o trabalho realizado pelas(os) agricultoras(os) fosse fortalecido, era necessário que se desse voz a esses sujeitos, que fossem acolhidas suas demandas e que elas pudessem se materializar em algo que estivesse dentro do espectro de atuação do IFPA campus Ananindeua.

Nesse contexto, por reconhecer que a AUP é uma atividade capaz de contribuir para o crescimento local, na medida em que interfere positivamente para

melhorias dos aspectos social, econômico, ambiental e familiar dos sujeitos, este estudo vem tratar sobre a formação profissional de agricultores urbanos e periurbanos. Para tanto, algumas questões precisavam ser respondidas: De que forma se poderia promover uma melhoria da produção e qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da APHA? Quais as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras da APHA e de seus dependentes na busca pela melhoria de produção?

A partir da premissa de compreender como o universo populacional desses trabalhadores e trabalhadoras rurais familiares está organizado, e que perspectivas têm para manutenção desse trabalho, o presente trabalho buscou traçar o perfil desses trabalhadores a fim de construir uma proposta de formação profissional para os agricultores urbanos e periurbanos da Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará, Ananindeua.

Tomando como paradigma a atividade da agricultura urbana e periurbana – AUP, discorreu-se sobre as experiências vivenciadas pelos sujeitos desta pesquisa – os associados da APHA, a partir da pesquisa de campo na cidade de Ananindeua, no Pará. Objetivou-se, então, contribuir para a promoção do desenvolvimento local por meio da construção de uma proposta de qualificação educacional, subsidiada por um diagnóstico da realidade local e das necessidades de formação profissional dos agricultores da APHA e, assim, propor uma formação inicial continuada a fim de fortalecer a agricultura periurbana da APHA.

O estudo em questão encontra-se com a seguinte organização: Revisão da literatura, que traz para o trabalho a discussão intermediada por autores que estudam temáticas relacionadas transversalmente ou diretamente à agricultura urbana e periurbana; Trajetória metodológica da pesquisa; Resultados e Discussões; e as Considerações Finais. O material é finalizado com uma proposta de curso de formação e capacitação para APHA (Apêndice A), produto dessa dissertação de mestrado profissional.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O capítulo que segue tem por objetivo apresentar alguns conceitos e definições de autores sobre a agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e no estado do Pará. Por fim, destaca-se a APHA, seu histórico e sua atuação no município de Ananindeua.

2.1 Agricultura Urbana e Periurbana - AUP: Conceitos e Definições

A expansão das áreas urbanas é uma realidade das sociedades contemporâneas, ocorreu mais intensamente a partir da segunda metade do século XX. Iniciada na Europa e nos Estados Unidos, intensificou-se gradualmente nos países pobres e subdesenvolvidos (NARAIN, 2009; BRINKMANN *et al.*, 2012).

O crescimento da população das cidades possibilitou que estas ampliassem suas fronteiras, aproximando-se de regiões até então assinaladas como zona rural, o que culminou no envolvimento de áreas de produção agrícola, principalmente as de pequeno porte, aqui denominadas de áreas de agricultura periurbana, por se encontrarem em contato direto com centros urbanos (BRINKMANN *et al.*, 2012).

Quanto à dimensão urbana e periurbana da agricultura, observa-se que questões como o avanço da urbanização, agricultura em larga escala e a progressiva incorporação de tecnologias, caras e inacessíveis para pequenos produtores, acabaram por desencadear um processo de exclusão e migração dos agricultores para as cidades. A migração desses agricultores promoveu a prática da agricultura urbana e periurbana - AUP, desenvolvida com base na experiência da produção rural e no aproveitamento de espaços urbanos, como uma alternativa para a diminuição da pobreza, considerando a capacidade de geração de renda e de aproveitamento ambiental de forma mais sustentável (MADALENO, 2001).

A agricultura urbana e periurbana sempre fez parte da vida na cidade, como uma das estratégias na melhoria das condições de subsistência dos cidadãos. No transcorrer das últimas décadas, vem passando por um processo de transformação em resposta às mudanças políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas contemporâneas (SMIT; RATTA; NASR, 1996). Diante disso, é evidente a expansão das práticas e programas de apoio à agricultura urbana, seja em escala local, nacional ou internacional.

Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é um conceito multidimensional que inclui a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.), pesca e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto-consumo, trocas e doações ou comercialização,

[...]

(Re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão de obra, saberes etc.).

[...]

Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 48).

Sequeira (2014) define agricultura urbana e periurbana como unidades agrícolas presentes em áreas periféricas das cidades, onde, geralmente, aglomeram-se famílias de baixa renda que criam pequenos animais como frangos e porcos, produzem leite e ovos e cultivam hortaliças, podendo ser classificadas como granjas comerciais ou semicomerciais.

A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais, sendo necessário para sua prática à disposição individual, coletiva e a viabilização das condições necessárias para tanto. A prática da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente. Destacamos o envolvimento de grupos vulneráveis como: mulheres, desempregados, migrantes rurais, portadores de necessidades especiais, crianças jovens e idosos, produtores periurbanos, comunidades tradicionais entre outros. [...] A AUP pode ser realizada em espaços públicos e privada dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município. Dessa forma, adotamos uma tipologia que consegue caracterizar a diversidade de espaços possíveis de serem utilizados para AUP (LOVO; COSTA, 2007, p. 12).

Para caracterizar a AUP é necessário levantar questões que tratam do conceito, destacando os principais elementos desta modalidade de agricultura, como os tipos de atividades econômicas desenvolvidas, as categorias e as subcategorias de produção, bem como os produtos cultivados em determinadas áreas urbanas (alimentares e não-alimentares), característica locacional (intraurbano e periurbano), tipos de áreas onde a agricultura urbana é praticada, tipos de sistemas de produção e destino dos produtos e escala de produção (ARRUDA, 2006).

Ainda nos estudos de Arruda (2006), a autora, para facilitar a argumentação destes conceitos, trabalha com autores que mais dialogam com este tema: Mougeot (2000) e Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007), os quais também foram trazidos neste constructo para embasar esta dissertação, pois como afirmam, a Agricultura Urbana acaba contemplando outros tipos de agricultura: a intraurbana e a suburbana e/ou periurbana.

Mougeot (2000) conceitua agricultura urbana como áreas situadas dentro dos limites urbanos, que utiliza atividades agrícolas em produtos que não requerem grandes extensões de terra, podendo ser realizada em quintais urbanos, hortas em terrenos e espaços não utilizados ou públicos e destinadas à produção de cultivos, abrangendo o plantar e o colher de cereais, hortícolas, plantas medicinais, ornamentais e frutíferas, além de ser uma área multifuncional.

Nolasco (2004) em seus estudos já afirmava que a agricultura urbana já se fazia presente em vários municípios brasileiros, em iniciativas individuais e isoladas que acabam por ficarem sem registro das ações. O autor relata ainda o crescimento de estudos acadêmicos crescentes sobre essa temática e destaca que a discussão tem circulado nas rodas políticas e científicas, conseqüentemente, começam a surgir projetos e relatos sobre sua prática em municípios brasileiros, como nos estados do Piauí, do Pará e do Acre, que já atuam com programas para agricultura urbana em seus municípios.

De acordo com Silva (2012), é possível observar nas regiões metropolitanas uma tendência de homogeneização dos espaços pelo processo de urbanização. No entanto, o que se percebe nessas regiões diversas é a diversidade nas relações sociais rurais que se apresentam organizadas em cooperativas e núcleos familiares de agricultores, realizando um sistema de trocas e ajuda mútua para produção.

Para Beltran (1995), o crescimento sem planejamento das cidades fez com que as mesmas não fossem capazes de receber e atender as demandas crescentes da população por educação, saúde, moradia, saneamento básico e de oportunidade de ocupação e geração de renda. Assim, as cidades e os seus sistemas econômicos não as tornaram economicamente ativas, não dispendo de condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades socioculturais e de qualidade de vida, contradizendo a falsa lógica de que o êxodo rural permitiria às pessoas do mundo rural serem conduzidas à luz e à liberdade da cidade.

Para o Comitê para Agricultura da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - COAG/FAO (1999), a agricultura periurbana é definida como unidades agrícolas localizadas nas áreas periféricas das cidades, nessas áreas em sua maioria são cultivadas hortaliças, frangos e/ou outros animais, para produção de leite e ovos. Além da característica de produção e área de cultivo a agricultura periurbana é marcada pela participação da família no cultivo, e a maior parte da produção é para consumo e posterior comercialização.

O debate sobre agricultura familiar propõe determinar a sua essência levando em consideração a trajetória desses produtores no que se refere ao movimento temporal, relacionado a busca de um espaço para produção e as possibilidades de estratégias de produção com conteúdo socioespacial diverso (urbano ou rural), além dos diferentes tipos de agricultores possuindo seus próprios interesses particulares, no que se refere a estratégias de sobrevivência e produção (SILVA, 2012).

A agricultura familiar não é entendida como trabalho familiar. O que a distingue da maioria das formas sociais de produção como familiar é o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceitos ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural. Em termos conceituais, para ser mantido o caráter familiar da produção exige-se a presença de ao menos um membro da família como produtor e trabalhador:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3)

A agricultura familiar está cada vez mais diversificada, transcendendo sua produção tradicional no espaço rural, e se reproduzindo em espaços urbanos com a agricultura urbana e periurbana, em que são desenvolvidas atividades de produção de hortifrutigranjeiros (FERREIRA, 2013).

De acordo com Santos (2009, p. 9), os debates e a imprecisão espacial do urbano, tanto quanto a sua composição, partem do fato de haver no país “um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas)”.

Em um mundo visto como uma totalidade em movimento, o espaço pode ser visto como uma forma-conteúdo, forma que não pode ser separada do conteúdo e vice-versa, confundindo objetos e ações, mediante uma intencionalidade, em um permanente movimento de dissolução e recriação do sentido, produzindo e reproduzindo o espaço como um híbrido (SANTOS, 2009, p. 24-25).

A expressão Agricultura Urbana e Periurbana - AUP foi proposta em 1999 pela COAG/FAO (ONU, 1999), para referindo-se a um tipo de agricultura, constituída no âmbito da segurança alimentar em países subdesenvolvidos, embora também esteja em forte expansão nos países desenvolvidos com outros objetivos.

Atualmente, vários pesquisadores do ramo das ciências sociais, dentre eles, Sequeira (2014), Buainain (2014), Ferreira (2013), Pereira *et al.* (2011) e Pessôa (2005), discorrem seus estudos sobre a questão cidade urbano-rural, cada um dentro de abordagens teóricas diversificadas, concordando que esses dois espaços não são mais dicotômicos por completo e sim interatuantes, interagindo mutuamente, e que devem ser avaliados de novas formas e aspectos. Fica claro o motivo pelo qual a definição dos conceitos de AU, AP e agricultura rural se encontram em construção.

Para Mougeot (2000), a agricultura periurbana é definida como unidades agrícolas periféricas às cidades, que exploram intensivamente as atividades agrícolas e de produção destes produtos para sua manutenção e comercialização. Mougeot (2000) traz outros critérios, tais como a área com relação à residência do produtor (se dentro ou fora do lote onde ele reside); ou com relação ao desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia); ou com relação à modalidade do uso ou da posse (cessão, usufruto, arrendamento, compartilhado, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado, ou transação comercial); ou com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura urbana (residencial, industrial, institucional, etc.).

Entretanto, de acordo com Pessôa (2005), a prática da AUP apresenta características específicas em seus cultivos que:

[...] normalmente as hortaliças e temperos aparecem em maiores quantidades, pois possuem ciclo mais rápido e são mais facilmente

maneáveis, além de necessitarem de espaços menores. As rendas mais altas também são oriundas da venda de hortaliças e temperos, porque possuem maiores demandas nos centros urbanos, em especial, aquelas produzidas de forma natural (PESSOA, 2005, p. 53).

Pereira *et al.* (2011) destacam que no atual processo de urbanização, a AUP surge como resposta a problemas gerados por este processo, como a falta de alimentos. Neste sentido, as atividades dessa agricultura tornam-se uma das ferramentas estratégicas no enfrentamento de certas dimensões da questão social, principalmente relacionadas ao trabalho, emprego, renda, e ao suprimento alimentar.

Os analistas das atuais tendências relacionadas com os sistemas de alimentação urbana revelam que, para suprir a segurança alimentar dos pobres urbanos não basta depender exclusivamente dos alimentos produzidos nas zonas rurais; é necessário que as cidades desenvolvam planos para aumentar a produção urbana e periurbana de alimentos. Considerando certas condições, como o espaçamento e a conservação da natureza (ZEEUW; GUNDEL; WAIBEL, 2000, p.13).

Segundo Santos (2009), em seus estudos teóricos, a AP está intrinsecamente vinculada aos processos que promoveram a interação e a integração dos elementos que consolidaram o progresso das cidades e intensificaram a relação entre o rural e o urbano, partes integrantes de uma totalidade, cujos conteúdos se materializaram nas formas que compreendem o campo e a cidade.

Ainda para aprofundar a identificação da AP, serão reproduzidas duas definições que se complementam:

[...] uma, de 1979, proposta pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Rural (OCDE), com uma abordagem espacial que define a agricultura periurbana como aquela praticada em um raio de 20 quilômetros de um centro urbano de mais de 200.000 habitantes, e a 10 quilômetros de cidades com uma população entre 50.000 e 100.000 habitantes. Outra da FAO, que também expressa as atividades realizadas na agricultura periurbana, uma vez que a define como integrada por unidades agrícolas próximas a uma cidade que explora intensivamente fazendas comerciais ou semicomerciais para cultivar hortaliças e outros produtos hortícolas, criar galinhas e outros animais e produzem leite e ovos (ZAAR, 2011, p. 10)

Dessa forma, as práticas de AP são tradicionais no entorno das cidades. Porém, em função do avanço da urbanização, o espaço rural acaba sendo transformado em urbano em decorrência de movimentos organizados coletivamente. Como bem apontam Almeida e Costa (2014), a AP é praticada tanto

individualmente, no âmbito familiar, quanto coletivamente, em bases comunitárias ou associativas. As práticas individuais trazem o desenvolvimento da prática tradicional de cultivar gêneros alimentícios, fitoterápicos e hortaliças para consumo da família e pessoas mais próximas, por outro lado, revelam a atuação de agricultores e associações agricultoras familiares que implementam projetos em estruturas mais complexas, comercializando a produção excedente no mercado local.

Quanto aos locais, Almeida e Costa (2014) discorrem que a AU e a AP são praticadas em residências, quintais, lajes, terraços, telhados, lotes, chácaras, sítios, terrenos baldios, laterais de estradas, ruas e áreas públicas não ocupadas por residências ou outros equipamentos urbanos tradicionais. Sendo comum também em ambientes coletivos, tais como escolas, creches, asilos, penitenciárias, centros de saúde, associações, instituições públicas ou privadas, nas quais se registram a existência de hortas comunitárias, jardins e pomares urbanos, corredores verdes ecológicos, sistemas florestais urbanos, dentre outros.

A afinidade entre os dois tipos de agriculturas é encontrada nas práticas de cultivo intensivo de hortaliças, ervas, árvores frutíferas e criação de pequenos animais domésticos e alguns animais de corte (bovinos e suínos). A discrepância é encontrada se compararmos, por um lado, o tamanho das áreas utilizadas para estas práticas, e por outro, o cultivo de alguns produtos que diferem a AU da AP, como os cereais que são cultivados na AU; pois a diferença de conceito baseia-se apenas no espaço onde ocorre (dentro ou periférico à cidade). Dependendo do país, periférico pode estar relacionado às áreas, ainda dentro do perímetro urbano, e próximas a este. Em outros países, periférico pode ser simplesmente uma área que não fica próxima ao centro da cidade (ARRUDA, 2006; FAO, 1999; 2015).

Portanto, devido às suas características semelhantes, o estudo da AU é frequentemente associado à AP. Logo, se faz necessário estabelecer um estudo conjunto destas práticas, a partir de critérios rigorosos para que seja possível analisar o objeto da pesquisa, principalmente ao lidar com os propósitos dessas práticas e de formação de profissionais que atuam com a agricultura na cidade, quer nas áreas urbanas ou periurbanas.

Para este trabalho será utilizada a nomenclatura de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) levando em consideração os conceitos expostos e, principalmente, a grande diversidade da área da APHA, que engloba além da área

urbana no bairro do Curuçambá, onde está localizada a sede, a região das ilhas de Ananindeua.

No tópico seguinte será destacada brevemente a Agricultura Urbana e Periurbana – AUP no Mundo e no Brasil.

2.2 A Agricultura Urbana e Periurbana no Mundo e no Brasil

A agricultura urbana e periurbana (AUP) vem ganhando reconhecimento e se destacando como uma atividade importante no fornecimento de alimentos frescos, geração de empregos, criação de cinturões verdes e fortalecendo a resiliência das cidades face às mudanças climáticas. O Pacto Urbano sobre Políticas Alimentares de Milão assinado por 199 cidades de diferentes países é um acordo internacional para promoção de políticas urbanas alimentares, lançado em Johanesburgo. (FORSTER *et al.*, 2015).

A África e a Ásia, de acordo com os estudos de Bon, Parrot e Moustier (2010), estão no topo da lista de vegetais frescos fornecidos pela agricultura urbana, sendo possível encontrar os vegetais folhosos como o amaranto (*Amaranthus hybridus*), espinafre d'água (*Ipoema aquatica*), vinagreira (*Hibiscus sabdariffa*), tomate etíope vermelho (*Solanum aethopicum* e *S. nigrum*), couves, alfaces, cebolas e tomates. Por outro lado, no estudo de Mkwambisi, Fraser e Dougill (2011) na AU da África Subsaariana, os pesquisadores observaram que além de produtos convencionais como milho, ovos e gado, muitos agricultores urbanos cultivam raízes, não somente como suplemento para o milho utilizado na nutrição animal, mas pelo fato das espécies utilizadas se desenvolverem sem o uso de fertilizantes inorgânicos e por serem resistentes a seca da região.

Em todas as cidades espalhadas pelo mundo, pessoas comuns estão conduzindo uma revolução silenciosa conhecida como AUP. Nos últimos anos, a FAO promoveu vigorosamente a AUP na América Latina e no Caribe por meio de iniciativas nas quais os governos destes países, prefeitos, governadores e a sociedade civil organizada, bem como organizações não-governamentais – ONGs vêm desenvolvendo alguns trabalhos nestas áreas (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Apesar de seu papel na criação de empregos e fornecimento de alimentos para as cidades, a AP está sob crescente pressão da urbanização. Na Argentina,

por exemplo, a produção de soja para exportação deslocou leite, frutas e vegetais da periferia urbana (BRASIL, 2018).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 180 milhões de habitantes urbanos dos países em desenvolvimento estão desempregados e outros 550 milhões ganham apenas o suficiente para sobreviver na economia informal. Entretanto, há 800 milhões de pessoas que se dedicam à AUP em todo o mundo, 200 milhões produzem para o mercado e empregam 150 milhões de pessoas em tempo integral. O setor proporciona diretamente cerca de 117 mil empregos em Havana e renda para 150 mil famílias, ou 24% de todas as famílias (FAO, 2015).

Nesse contexto, segundo a FAO (1999; 2015; 2016), um ponto de partida é a criação de cidades mais verdes, a partir da criação, reconhecimento e integração de políticas e planejamento urbano, que em muitas cidades já se tornaram ações e soluções criativas que foram desenvolvidas para fortalecer suas comunidades e melhorar sua vida. Uma dessas soluções – aspecto essencial do planejamento de cidades verdes nos países desenvolvidos e num crescente número de países em desenvolvimento – é a horticultura urbana e agricultura periurbana por meio do programa de Horticultura Urbana e Periurbana – HUP.

O HUP é um componente essencial dessa iniciativa. Ele ajuda os governos e administrações municipais a otimizar políticas, quadros institucionais e serviços de apoio à HUP, melhorar os sistemas de produção e comercialização e ampliar a cadeia de valor da horticultura. Ainda, segundo dados da FAO (2015), a AP ajuda as cidades em desenvolvimento a enfrentar esses desafios. Primeiro, contribui para o fornecimento de produtos frescos, nutritivos e disponíveis o ano todo. Segundo, melhora o acesso econômico dos pobres aos alimentos quando a produção familiar de frutas e hortaliças reduz os gastos com alimentos e quando os produtores obtêm renda com as vendas.

A FAO (2015) afirma que a horticultura urbana e periurbana deve ocupar um lugar importante nos esquemas de melhoria das favelas e nos projetos de novos bairros para famílias de baixa renda. Com essas ações pelo mundo, os conceitos de AUP evoluíram juntamente com o crescimento populacional, os desafios da mudança climática e o esgotamento dos recursos naturais. Atualmente, a produção de alimentos nas áreas urbanas e periurbanas é considerada um fator essencial para alcançar “sistemas alimentares das cidades regionais” que sejam sustentáveis

e resilientes e que sejam totalmente incorporados ao planejamento do desenvolvimento.

O apoio dos governos por meio de programas e projetos gera uma ação incorporada com planejamento regional para promover a produção sustentável, melhorar o fornecimento de alimentos e garantir a qualidade e segurança dos alimentos da AUP, decisivo dos sistemas alimentares urbanos com resiliência (BRASIL, 2018).

Nos sistemas alimentares das cidades-regiões, a agricultura praticada nas áreas periurbanas e rurais é essencial para o fornecimento de alimentos aos centros urbanos e contribui para o emprego, a subsistência, a nutrição e a capacidade de recuperar o meio ambiente. A escala da cidade-região é considerada uma unidade espacial sustentável e gerenciável para a integração da produção de alimentos com outros serviços ecossistêmicos, ao mesmo tempo em que ajuda a garantir a proteção social das pessoas pobres nas áreas rurais e urbanas (PEREIRA; VIEIRA, 2016).

Por exemplo, conforme o Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas, do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (BRASIL, 2018), cada vez mais cidades estão conectando agricultores familiares em áreas periurbanas e rurais adjacentes com seus bancos de alimentos, programas de alimentação escolar e outros programas de segurança alimentar e nutricional, contribuindo assim para meios de subsistência e bem-estar dos setores pobres rurais e urbanos da população, ajudando a criar as cidades mais verdes.

Uma referência direta à AUP foi realizada a partir do programa Fome Zero (2001), onde a conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar local é relacionada aos programas de abastecimento e programas voltados à promoção e apoio às hortas comunitárias.

Para as demais cidades brasileiras, houve ações de reforço para implementação e subsídios para a AUP. Por meio do MDS, os agricultores urbanos e periurbanos puderam participar dos programas de aquisição de alimentos do governo federal, bem como adquirir empréstimos a taxas subsidiadas por meio do Plano Safra da Agricultura Familiar 2019/2020, Agricultura Urbana e Periurbana – Pronaf (BRASIL, 2020).

Em 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social lançou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, agrupando os dois conceitos de agricultura na cidade. A iniciativa objetivava contribuir para promoção de hábitos saudáveis das famílias brasileiras e beneficiar a prática de AUP no país. O investimento foi de aproximadamente 1,9 milhão de reais, podendo chegar a até cinco milhões anuais até 2025 (BRASIL/MDS. Publicado em 14 de fevereiro de 2018 na página *on-line* do Ministério da Cidadania, 2018).

No caso brasileiro, o conjunto de políticas que precisam estar combinadas para promoção do desenvolvimento da AUP está disperso por, pelo menos, meia dúzia de estruturas ministeriais diferentes: os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente. Os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, aqueles mais diretamente reportados ao espaço rural, têm como seus principais programas iniciativas de caráter eminentemente setorial, respectivamente as políticas para o agronegócio e para a agricultura familiar.

Por fim, o reconhecimento de outras formas de agricultura e vida no campo podem ser vistas como resistência, destacando o desenvolvimento da agricultura familiar com sua diversidade e o reconhecendo as particularidades de comunidades tradicionais e sua atuação nesse contexto como parcela importante das populações do campo. No Pará, as comunidades tradicionais têm heranças indígenas e quilombolas que enriquecem a relação do homem com a terra, agregando saberes antigos na agricultura urbana e periurbana. No tópico a seguir será discutida de forma focalizada a agricultura urbana e periurbana no Pará.

2.3 A Agricultura Urbana e Periurbana no Pará

No Pará, Belém é um grande centro urbano, de acordo com os dados do IBGE divulgados em 2019, Belém é o município mais populoso do Pará e o segundo da região Norte, com uma população de 1.485.732 habitantes, e o 12º município mais populoso do Brasil e ainda com 9.760 habitantes rurais na capital, do total de habitantes urbanos e rurais da região metropolitana (IBGE, 2018).

Em avaliação da magnitude das atividades agrícola, extrativista e pesqueira no âmbito urbano e periurbano, se observa que a capital paraense e região metropolitana têm mais da metade de sua área nas ilhas, onde a grande maioria

dos residentes são os chamados ribeirinhos, trabalhando no agroextrativismo incluindo a pesca, como é apresentado no Plano de Integridade Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2018).

Ao analisar a prática de AUP nas regiões Norte e Nordeste (Tabela 1), é possível observar que a produção e coleta de plantas medicinais, produção vegetal e animal e beneficiamento e produção artesanal estão dentre as atividades mais comuns nas capitais consultadas nessas regiões, conforme os dados do MDS (2017).

Tabela 1 - Atividades da AUP – Regiões Norte e Nordeste (2017).

PRODUÇÃO VEGETAL E ANIMAL	PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS	PRODUÇÃO DE FRUTOS TRADICIONAIS	PRODUÇÃO E COLETA DE PLANTAS MEDICINAIS	BENEFICIAMENTO E PRODUÇÃO ARTESANAL
Belém		Belém	Belém	Belém
Recife			Recife	
Salvador	Salvador		Salvador	Salvador
			Fortaleza	Fortaleza

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2017), adaptado pela autora (2019).

As regiões metropolitanas, em sua maioria, apresentam problemas urbanos em comum, muitas vezes gerados pelo crescimento desordenado e a falta de políticas públicas como destacado por Santandreu e Lovo (2007).

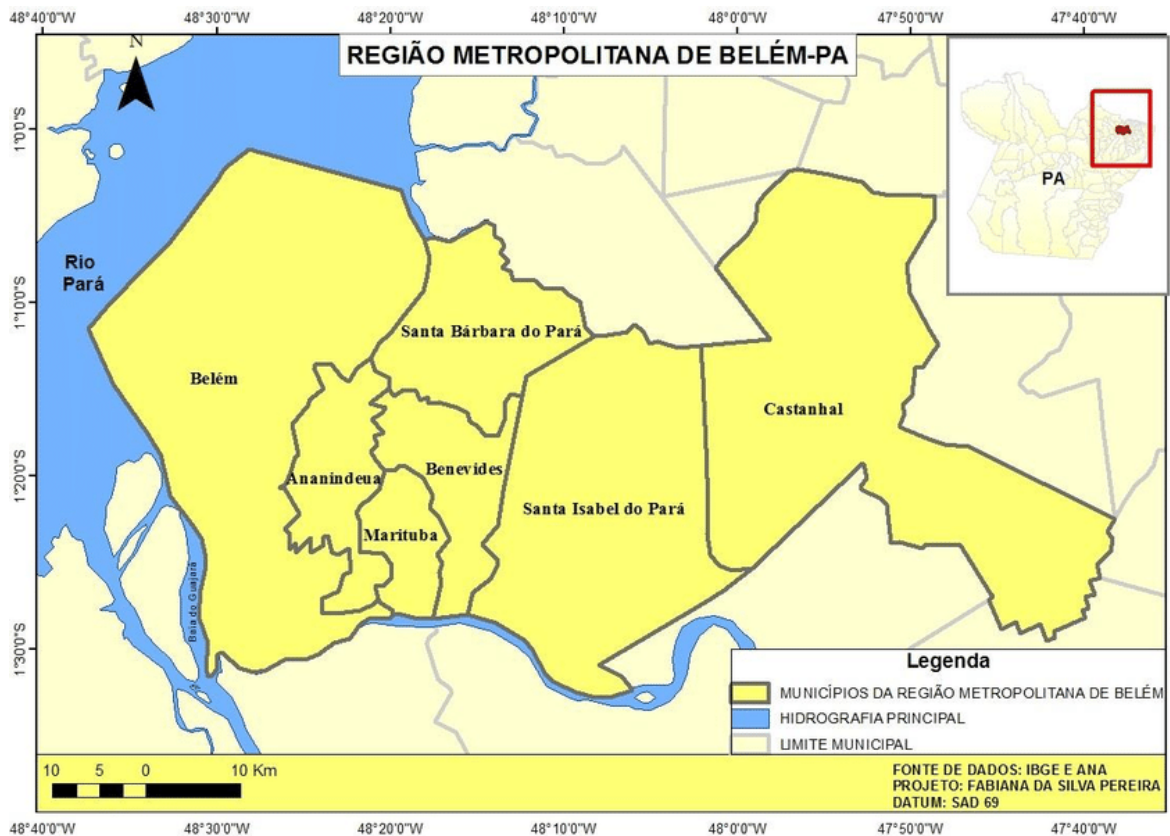
A maior parte das regiões metropolitanas analisadas apresenta severos problemas urbanos (saneamento, lixo, mobilidade urbana, acesso a serviços de saúde e educação, etc.), derivados do crescimento acelerado e desordenado que coloca milhares de pessoas em situações de exclusão espacial, econômica e social. A segregação social, a violência urbana e familiar, e os problemas de nutrição e segurança alimentar afetam muitos brasileiros, especialmente mulheres e crianças, de todas as regiões. Neste contexto, a agricultura urbana e periurbana aparecem como uma oportunidade de saída, democrática, participativa e construtora da cidadania, que necessita ser promovida e apoiada tanto pelo poder público como pelas organizações da sociedade civil preocupadas por um futuro melhor para o Brasil (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Para fortalecer a institucionalização da AUP, uma importante ação é viabilizar uma proposta de política pública que estimule os governos federal, locais e estaduais a criarem programas e políticas próprias para fomentar a AUP em diálogo e respeitando as iniciativas locais da sociedade civil em todo o país.

A Região Metropolitana de Belém – RMB é a maior da região norte e uma das cinco maiores regiões metropolitanas brasileiras. Possui uma área de 3.566

km², composta atualmente por sete municípios sendo eles Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Barbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal (Figura 1).

Figura 1- Municípios integrantes da Região Metropolitana de Belém.



Fonte: Pereira e Vieira (2016).

De acordo com IBGE, em 2018 a área de Belém do Pará possuía uma população de 1.485.732 habitantes urbanos, formando um grande centro urbano no norte do Brasil. A partir de estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e da Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), a partir de amostras selecionadas aleatoriamente nos bairros de baixa renda, se observou que 55% das famílias utilizavam seus quintais para atividades agrícolas e, sucessivamente, nas áreas periurbanas dos outros municípios da área metropolitana (SILVA; SEIXAS, 2007).

Dados da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, apresentados no Relatório da ADEPARÁ (ADEPARÁ, 2017), apresentam que das 12 cadeias produtivas inseridas no Programa Pará 2030, oito são voltadas para o agronegócio,

com destaque para a agricultura familiar e para as práticas desenvolvidas pela AUP. Entre essas culturas estão a produção de hortaliças, verduras, mandioca, açaí, cacau, cítricos e dendê, nas quais o Pará é líder ou ocupa posição de destaque no cenário nacional.

De acordo com Pereira e Vieira (2016), a Região Metropolitana de Belém – RMB é a segunda mais populosa da Amazônia, apesar de possuir um território correspondente a um pouco menos de 1% do estado do Pará, concentra 1/3 de toda a população do estado. Embora constitua-se como um centro econômico, a desigualdade socioespacial na cidade de Belém concentra a infraestrutura urbana nos centros econômicos, enquanto que as áreas periféricas apresentam características rurais com habitações irregulares e geralmente autoconstruídas.

Neste contexto agrícola, a Região Metropolitana de Belém - RMB (PA) recebeu em 2008 o primeiro Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana – CAAUP, em busca da garantia do direito à alimentação saudável associada à inclusão socioprodutiva no Estado do Pará, bem como com a finalidade de formar agricultores urbanos e periurbanos e oferecer assistência técnica e insumos, pois:

Segundo o MDS, a política nacional de agricultura urbana e periurbana é uma estratégia para gerar trabalho e renda envolvendo as etapas de produção, industrialização e comercialização de forma solidária dos alimentos pelos agricultores familiares urbanos e rurais. A prática da agricultura familiar urbana e periurbana cumpre um papel estratégico no abastecimento alimentar nas cidades brasileiras em especial as localizadas nas regiões metropolitanas. Também contribui para melhorar a dieta alimentar das famílias e aumentar sua renda, exerce papel importante no melhor uso do solo urbano e no cumprimento da função social da terra, construindo cidades mais ecológicas e mais justas (ADEPARÁ, 2017 p. 14).

A partir do que foi colocado e por reconhecer que a agricultura urbana e periurbana é uma atividade que colabora com o desenvolvimento local, visto que impacta positivamente na melhoria dos aspectos econômico, social, ambiental e alimentar e consequente inclusão das famílias envolvidas, é importante identificar quais as condições necessárias para o desenvolvimento da atividade da AUP para que possa ser inserida na agenda das políticas públicas, a fim de melhorar de maneira continuada a qualidade de vida dessas pessoas nas cidades.

2.4 Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará

A Associação dos Produtores da Gleba Guajará – APHA está localizada no município de Ananindeua, bairro do Curuçambá, e desenvolve um importante papel levando em consideração os aspectos de formação do bairro e as características do município.

O município de Ananindeua, historicamente, acaba por receber um grande fluxo de migrantes do interior do estado do Pará, de outros Estados da região Nordeste do Brasil, incluindo ainda a população de baixa renda de Belém, que com o inchaço populacional passou a se concentrar nos bairros periféricos e posteriormente nos bairros limites aos municípios de Belém e Ananindeua (BASTOS, 2013, p.27). O Estado por meio de estratégias implanta os conjuntos habitacionais na chamada “área de expansão”, seguindo o modelo das “cidades novas”, promovendo um “adensamento populacional e uma aceleração na aquisição das terras ao mercado imobiliário” (MARIN; CASTRO, 2004, p.75).

A implantação do Conjunto Cidade Nova no povoado do Coqueiro modifica a base rural de parte expressiva da área do município de Ananindeua – antes possuía uso rural-produtivo devido à grande quantidade de propriedades rurais (retiros, sítios e granjas) – transformando-o em espaço urbano-habitacional voltado para o consumo coletivo (SANTOS, 2012, p. 78).

O bairro do Curuçambá, localizado na área periurbana do município de Ananindeua, atrai e absorve um grande contingente populacional oriundo da periferia de Belém e interior do estado do Pará, com objetivo de fixar moradia nas proximidades da capital. Outro ponto atrativo do referido bairro é sua localização, pois está situado numa área propícia para prática da agricultura, especialmente aquela voltada para as associações/cooperativas, com predomínio na produção de hortaliças e criação de animais de pequeno porte (LEITE; LOPES, 2012).

A Associação dos Produtores da Gleba Guajará – APHA foi legalmente constituída na modalidade jurídica de Associação, devidamente reconhecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES/Departamento de Apoio a Produção Agropecuária, integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CDRS), e com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), emitida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Inicialmente, chamada de Caixa Agrícola dos Produtores Rurais do Guajará, com o decorrer dos anos, transformou-se em associação em virtude das limitações

estatutárias que os restringiam de acessar os benefícios e programas do governo federal voltados para agricultura familiar.

Assim, em 1988, a organização foi transformada na Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará (APHA) e ampliado seu estatuto nos termos de uma associação.

Entendendo a necessidade de adequação às exigências do governo federal na perspectiva de viabilizar novos projetos e ampliar as atividades, os associados aprovaram em 2013, a transformação da APHA, quanto a sua natureza econômica, natureza jurídica, razão social, nome fantasia e abrangência territorial, para atuar como Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará-Pará (COPG).

Assim, a entidade passou por um processo de legalização, reestruturação interna e cadastramento de seu quadro de 439 agricultores que desenvolvem atividades voltadas para a produção de hortaliças, frutíferas e criação de pequenos animais, reconhecidos pela EMATER por meio da emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Conforme a reformulação do Estatuto da APHA ocorrida em 27 de novembro de 2013, em seu Art. 2º. Dos objetivos da APHA, sobre a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, alimentos perecíveis e não perecíveis, destacam-se para este estudo três importantes decisões:

- Comércio Atacadista e Varejista de produtos, alimentos perecíveis e não-perecíveis em geral;
- Atividade de armazenamento e depósito, preparação primária de produtos agrícolas para o mercado realizado sob contrato, os serviços de lavagem, classificação, desinfecção e ornamentação de produtos agrícolas;
- Promoção de eventos em educação e capacitação profissional para o quadro social, funcional da Entidade, com recursos próprios e de parceria com órgãos públicos e da iniciativa privada;[...] (PARÁ – APHA, 2013).

Ainda nesta reformulação, a APHA reafirma que: “Todo aquele que participe e concorde com o presente estatuto e se dedique às atividades agrícolas, em imóvel de sua propriedade, ou ocupado de forma legítima, assiste o direito de ser admitido na associação.” (PARÁ – APHA, 2013. Art. 6º.).

A APHA está inserida no contexto das associações, que são indicadas para fomentar uma atividade social. O gerenciamento é mais simples e o custo de registro menor, e têm como finalidade a promoção de assistência social,

educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia, entre outros (SERVA; ANDION, 2006).

Conforme dados do Sebrae (2018), é fundamental entender a diferença entre cooperativa e associação para adequar-se ao modelo desejado. A principal diferença entre uma e outra está na natureza dos dois processos.

Com objetivo de ampliar as possibilidades de comercialização por meio de adesão a projetos municipais e/ou estaduais, a APHA em 2013 começa a atuar também como cooperativa, exercendo ora o papel de associação, ora de cooperativa, dependendo das negociações às quais fosse executar. A atividade econômica primária é o comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos. Conforme destaca a fala da Presidente, durante estudo de campo (2019):

Em 2013, a associação se transformou na figura jurídica de Cooperativa objetivando gerar um aumento maior na margem de comercialização que na forma de associação não teriam, além de apoio de sindicatos e programas sociais. A cooperativa, além de trabalhar com projetos, o foco tem sido para o desenvolvimento de uma mini usina de composto orgânico e viveiro em hidroponia com preceitos agroecológicos. Dessa forma Associação desenvolve algumas ações e projetos e a cooperativa desenvolve outras funcionando como associação e cooperativa (PRES. APHA, 2019).

Em 2013, foi realizada uma Reformulação do estatuto da APHA, e sua denominação ficou COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR GLEBA DO GUAJARÁ – CNPJ: 19.378.786/0001-03 e NIRE Nº 15.4.001751-5:

[...] É uma cooperativa singular, agropecuária mista e sem fins lucrativos, constituída por deliberação da Assembleia Geral dos fundadores, realizada em 13 de setembro de 2013, conforme consta na Ata da respectiva Assembleia Geral, tendo como 1ª. denominação Cooperativa dos Produtores Gleba do Guajará – Pará, rege-se pelos valores princípios do cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto. (PARÁ – APHA, REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO, 13.09.2013).

Atualmente, a APHA promove o cooperativismo e o associativismo com os agricultores que constituem o seu quadro social. A associação possui 439 associados, conforme dados constantes no documento do DAP SDW2298053600011211180613. Versão DAP 3.2, consultado no dia 12 de novembro de 2018, com validade até 12 de novembro de 2019, sob o CNPJ nº

22.980.536/0001-53, com a Razão Social ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E HORTIFRUTIGRANJEIROS DA GLEBA GUAJARÁ, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Agricultura Familiar.

3 METODOLOGIA: O PERCURSO DA PESQUISA

Nesta seção serão apresentados o percurso da pesquisa, descrevendo a caracterização da área de estudo seguida da descrição da pesquisa de campo.

31 Caracterização da Área de Estudo

O município de Ananindeua está localizado no Nordeste paraense sobre as coordenadas geográficas 01° 13' e 01° 27' de latitude Sul e 48° 19' e 48° 26' de longitude Oeste. Ananindeua está dividida em uma parte continental ao sul, onde está instalada a sede municipal, e outra parte insular, ao norte, formada por igarapés e ilhas.

Ananindeua é constituinte da mesorregião e microrregião metropolitana de Belém, conforme o Plano de Desenvolvimento Urbano – PDU de Ananindeua, de 2006 (SEQUEIRA, 2014) que fazem parte da RMB, compreendendo os seguintes bairro e/ou distritos: Guanabara, Águas Lindas, Águas Brancas, Júlia Seffer, Aurá, Distrito Industrial, Ananindeua Centro, Cidade Nova I, II, III, IV, VI, VII e VIII, Guajará, Jibóia Branca, Icuí Guajará e Icuí Laranjeira, Curuçambá, Maguari-Cajuí, Coqueiro, 40 Horas, Providência, Jaderlândia, Atalaia, Geraldo Palmeira, Heliolândia e Paar.

Os setores urbanos e áreas rurais são alcançados por rodovias e estradas estaduais e municipais, como Coqueiro, 40 Horas, Maguari, Trabalhadores, Independência, Curuçambá, Santana do Aurá, 2 de Julho, Águas Lindas, Vila Aurá, Mário Covas e estradas vicinais (PDU, 2013).

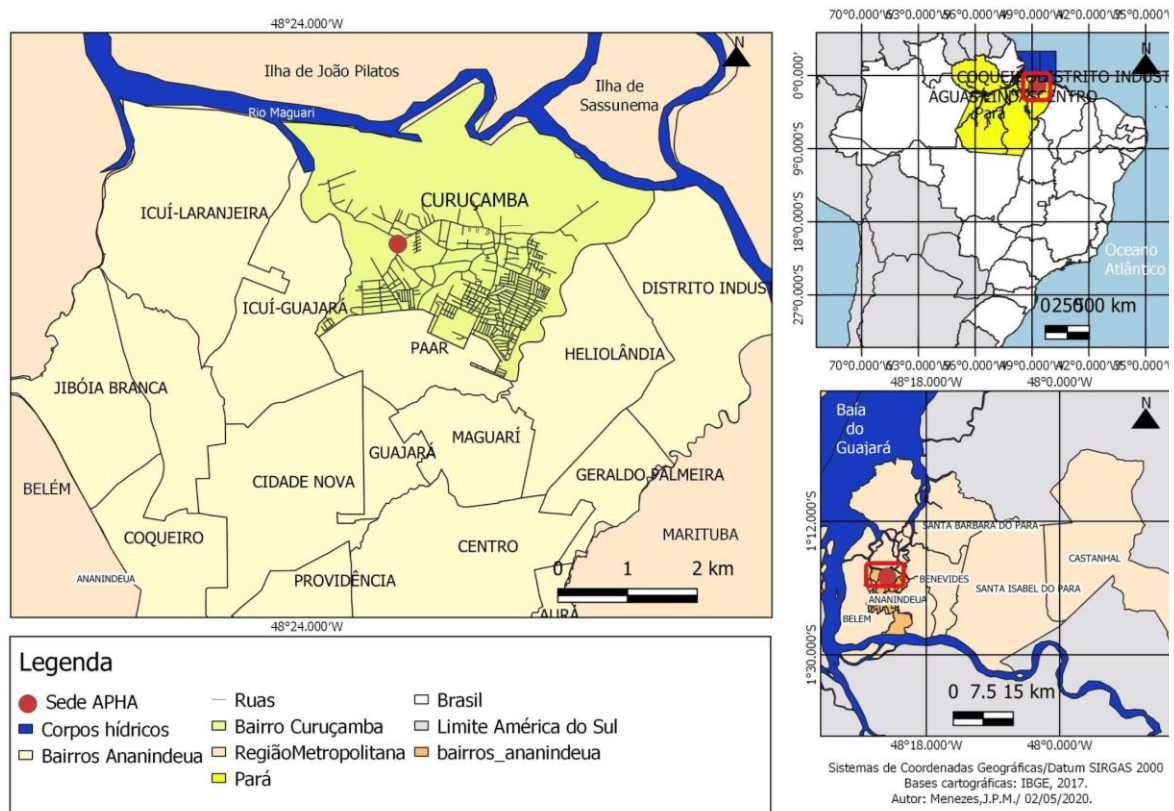
A pesquisa foi desenvolvida na Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará – APHA localizada no bairro do Curuçambá, município de Ananindeua – Pará. A APHA foi criada em 1988 e a atividade desenvolvida pelos membros associados destaca-se pela produção de frutas, verduras, raízes, hortaliças para consumo familiar e comércio local.

O bairro do Curuçambá, onde fica localizada a APHA (Figura 2), dispõe de uma particularidade devido à diversidade espacial presente área: de um lado é possível identificar uma paisagem rural com produção hortícola e cultivo de açaí nas regiões das ilhas, em contrapartida, na parte continental há uma paisagem

urbana marcada por condomínios fechados e pelos problemas sociais presentes nas periferias dos grandes centros urbanos, também podendo ser identificada como área periurbana (SANTOS, 2012).

Figura 2 - Localização da APHA no município de Ananindeua, PA

Localização da sede da Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará - APHA



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A pesquisa na APHA ocorreu de janeiro a março de 2019 e incluiu todas as etapas referentes a pesquisa de campo exploratória e descritiva. A aplicação do questionário ocorreu durante uma reunião geral de agricultores convocada pela presidência da APHA e teve a participação de 12 representantes das famílias de agricultores, os quais se dispuseram a participar das entrevistas. É importante destacar que o quantitativo se deu pela dificuldade de acesso e comunicação com os agricultores, e por se tratar de uma pesquisa qualitativa, optou-se por um número menor de famílias. Antes da coleta de dados foi realizada uma explanação sobre o IFPA *Campus* Ananindeua e o objetivo da aplicação do questionário.

3.2 Percurso Metodológico da Pesquisa de Campo

A perspectiva metodológica visa apresentar as etapas utilizadas na pesquisa, como a realização de pesquisa bibliográfica, de pesquisa documental e de pesquisa de campo. A partir do momento em que se concebe o método enquanto caminho refletido, percebido necessariamente por uma reflexão epistemológica fincada no seu uso social, isto implica numa escolha sobre a pertinência deste caminho (TEIXEIRA, 2014; MINAYO, 2002).

A pesquisa realizada é de base qualitativa porque ela busca descrever, investigar, identificar, conhecer, coletar e apresentar as concepções, os desafios e as limitações para a formação inicial e continuada de agricultores na APHA. As ferramentas utilizadas foram observação não participativa do local e aplicação de questionários aos membros da APHA e responsável administrativa.

Para Godoy (1995, p. 21),

[...] as pesquisas qualitativas surgiram principalmente para atender as peculiaridades dos fenômenos que não podiam ser adequadamente quantificados, pois envolvem o pesquisador num campo de investigação constituído de pessoas, de grupos, de comunidade e de instituições que formam um campo plural de ideias e interpretações, perpassado por valores, atitudes, crenças, opiniões e representações culturais de toda ordem.

Em paralelo à pesquisa qualitativa foram utilizadas as pesquisas de caráter exploratório e descritivo como forma de complementar o estudo na APHA por meio de análise, registro e interpretação de fatos, com a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos sem entrar nos méritos dos conteúdos, como explicado por Bogdan e Biklen (1994). Para Gerhardt e Silveira (2009), as pesquisas descritivas têm por objetivo estudar as características de um grupo, sua distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, estado de saúde física, etc.

A abordagem qualitativa vem ganhando destaque em temas relacionados a subjetividade no trabalho, em temas ainda não consolidados ou novos, os quais são estudados por meio de estudos exploratórios, que em sua maioria carecem ser elaborados através da abordagem qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2000; SHAH; CORLEY, 2006; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Nesse contexto, a pesquisa de campo foi realizada na Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará – APHA, município de

Ananindeua – PA, e teve como população investigada os agricultores que fazem parte da associação.

O desenvolvimento metodológico ocorreu em 4 etapas e a obtenção de alguns dados diretos se deu por meio de aplicação de questionário e visita de campo à APHA, conforme descritas a seguir.

1º Etapa: Levantamento bibliográfico de literaturas sobre AUP e reconhecimento da área de funcionamento da APHA, por meio de visitas realizadas para uma maior aproximação com o local e com os responsáveis pelo espaço. Nesta etapa, destaca-se o uso da pesquisa exploratória e o uso da técnica de observação intermediada por conversas informais e menos detalhadas com o presidente e a secretaria da APHA, com objetivo de analisar o desenvolvimento das atividades para identificar quais se enquadram no perfil da pesquisa. A visita ao campo bem como a observação procuram:

[...] atender principalmente finalidades exploratórias [...] é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados [...] é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.69).

2º Etapa: Consistiu da pesquisa de campo exploratória e descritiva, por meio da realização de reuniões com os representantes da APHA (Presidente, administradora e secretaria) e IFPA – *Campus* Ananindeua (Direção de Ensino, Coordenações de Curso, Coordenação de Extensão), com maior nível de detalhamento, objetivando entender o papel da AUP no município, especificamente na área do Curuçambá, a partir das famílias que dela participam. Nesta etapa ocorreram 4 reuniões entre a APHA e o IFPA.

A **primeira** reunião ocorreu com o presidente e a secretaria da APHA, e por meio de uma conversa informal, relataram sobre o funcionamento da instituição, apresentaram os espaços físicos da sede, falaram dos membros associados e da história de criação, expectativas de projetos e a busca pela qualidade dos produtos oferecidos pelos membros. Nessa reunião, os responsáveis pela APHA colocaram o espaço da sede à disposição do IFPA e de projetos futuros que possam ser desenvolvidos.

A **segunda** reunião ocorreu nas dependências físicas do IFPA - *Campus* Ananindeua e teve como participantes a Direção de Ensino, Coordenação de Extensão e Coordenação do Curso Técnico em Meio Ambiente e dois representantes da APHA (Secretária e Administradora), e o objetivo principal foi a apresentação do espaço físico do *Campus* e os cursos oferecidos. Durante a reunião, os representantes da APHA deixaram claro o interesse em firmar uma parceria com IFPA para desenvolvimento de projetos, cursos e aulas práticas na sede.

A **terceira** reunião se deu durante a semana pedagógica do IFPA no *Campus* Ananindeua pela direção de ensino e a pesquisadora com objetivo principal de explanar um pouco sobre a APHA, sua localização, seu papel para os agricultores e o que produziam, para comunidade interna do instituto a fim de sensibilizar docentes para execução de projetos voltados aos agricultores da associação (Figura 5). Esse momento contou com a participação de 25 pessoas (20 docentes e 5 técnicos). Cabe destacar que, a partir da apresentação, 5 docentes demonstraram interesse no desenvolvimento de projetos e visita ao local da sede da APHA.

Figura 3 - Sensibilização de docentes na Semana Pedagógica IFPA - *Campus* Ananindeua.



Fonte: Acervo pesquisa de campo da autora (2019).

A **quarta** reunião ocorreu na sede da APHA, representada pelo presidente, administradora e secretária, com o IFPA e foi caracterizada pela visita dos docentes, interessados em desenvolver projetos, às dependências físicas da APHA para observação e registro fotográfico.

Os encontros tiveram como objetivo sensibilizar docentes e representantes do IFPA para conhecer a realidade da APHA e possibilitar parcerias para o planejamento em projetos de ensino, extensão e até cursos de Formação Inicial Continuada (FIC). Assim, os representantes da APHA fizeram uma apresentação de toda a sua organização e estrutura, expuseram o que poderiam oferecer ao IFPA e o que gostariam que o IFPA oferecesse enquanto instituição de ensino.

3º Etapa: Ocorreu durante a pesquisa de campo e se caracterizou pela aplicação de um questionário estruturado (Apêndice B) aos agricultores durante uma reunião geral convocada pela APHA (Figura 5). Nesse momento, foi realizada uma apresentação pela representante da Direção de Ensino dos cursos ofertados pelo IFPA, localização do *Campus* e um convite a todos para conhecer o espaço físico. Compareceram nessa reunião um representante da EMBRAPA, representantes do *Campus* Ananindeua (Direção de ensino, coordenação de extensão e dois docentes), administradora, presidente e secretária da APHA, além de 12 de agricultores (participantes da pesquisa), representando 12 famílias vinculadas à APHA (Apêndice C).

A administradora da APHA explicou que a baixa participação nas reuniões por parte dos agricultores é frequente, e que muitas vezes ocorre pelo fato de os mesmos morarem em locais distantes da sede, principalmente na região das ilhas de Ananindeua, além de limitações na comunicação em decorrência de um baixo quantitativo possuir celular. Em todas as etapas da pesquisa foram feitos registros fotográficos e a coleta de dados ocorreu a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Figura 4 - Reunião com os Agricultores da APHA



Fonte: Acervo pesquisa de campo da autora (2019).

O instrumento escolhido para a coleta dos dados foi o questionário. Minayo (1994, p. 21) define o questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Tanto o questionário quanto a entrevista devem ser cuidadosamente planejados, de forma que as questões especifiquem claramente o conteúdo que se pretende que seja abordado pelo sujeito.(MOROZ; GIANFALDONI, 2006, p. 66).

4º Etapa: Caracterizou-se pela análise dos questionários aplicados no levantamento de diagnóstico e construção da proposta do curso de formação inicial e continuada para os agricultores da APHA. Durante todo o percurso metodológico, a observação, o registro e a documentação da área de estudo contribuíram de forma significativa para a elaboração da proposta do curso FIC apresentado: “Observação, registro e a documentação são palavras-chaves na experiência educativa” (LÜDKE, 1986, p. 36).

Contudo, a pesquisa de campo foi essencial para a construção desse trabalho, pois possibilitou obter informações e determinar a análise dos resultados sobre a formação profissional de agricultores, a partir da atividade agrícola na APHA.

Os dados preenchidos pelos entrevistados na pesquisa foram digitalizados e organizados em uma estrutura de banco de dados em uma planilha do MS Excel, onde cada coluna correspondeu às perguntas que constavam no questionário, cada linha correspondeu à um indivíduo entrevistado e cada célula da tabela equivaleu à resposta apresentada pelo entrevistado da linha correspondente, para a respectiva pergunta da coluna correspondente.

Após a estruturação da base de dados, foram elaboradas as tabelas de frequência para cada uma das perguntas do questionário. Para tanto, foi utilizado o recurso de tabela dinâmica do MS Excel. Posteriormente, foram elaborados os gráficos com as informações contidas nas tabelas de frequência e analisadas e discutidas no tópico a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

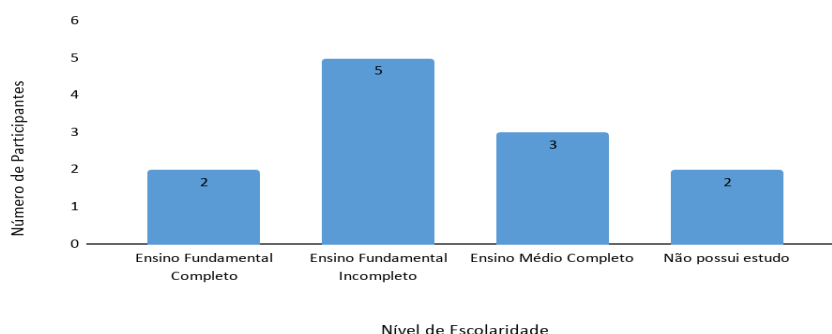
Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, iniciando-se pelo perfil dos agricultores, com informações sobre o nível de escolaridade, tempo de vínculo à APHA, tempo de trabalho na atividade agrícola e quantidade de membros da família envolvidos na atividade. Em seguida, se procurou entender melhor quais cursos já haviam sido realizados voltados à produção agrícola. Por fim, foi analisado o interesse em cursos de qualificação e quais poderiam atender suas demandas, a partir de uma lista que trazia propostas de cursos que poderiam ser ofertados pelo campus Ananindeua e que poderiam contribuir na melhoria do produto oferecido e da atividade dentro da área agrícola.

Dentre os entrevistados, 8 pessoas eram do gênero feminino e 4 do gênero masculino, portanto, nesse estudo a participação das mulheres foi maior.

Ávila e Veenhuisen (2011) apontam que alguns continentes como África, América Latina e Ásia, as mulheres agricultoras estão à frente de organizações como associações e cooperativas agrícolas e desenvolvem um trabalho bem ativo na agricultura urbana, buscando melhorar a alimentação de suas famílias e/ou aumentar de renda.

Essa questão nos leva a refletir sobre a formação para os agricultores de maneira que possam ser cada vez mais capacitados para aperfeiçoar as atividades agrícolas que realizam. Levando em consideração o que os autores destacam sobre a importância da capacitação para agregar melhorias aos cultivos agrícolas, destaca-se outro ponto analisado durante a aplicação do questionário, que remete ao nível de escolaridade desses agricultores entrevistados, em que apenas 3 possuem ensino médio completo e 2 possuem ensino fundamental completo, enquanto 5 agricultores possuem ensino fundamental incompleto e 2 não possuem nenhum estudo, revelando uma baixa taxa de escolaridade dos entrevistados.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade dos entrevistados participantes da pesquisa da APHA.



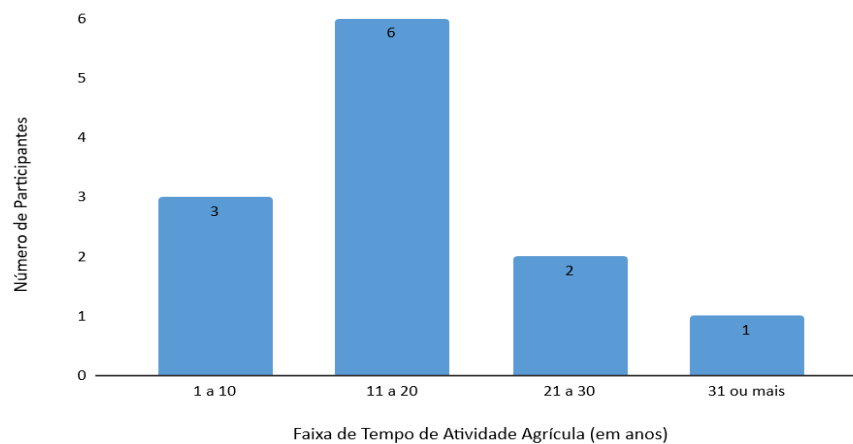
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Hoffmann e Gomes (2004) destacam que na agricultura uma característica familiar observada em vários estudos é a grande quantidade de agricultores com baixa escolaridade, principalmente se comparada com outros setores como o de serviços e o de indústria. O fato de o nível de escolaridade na atividade primária ser inferior ao nível de escolaridade alocado nas atividades secundárias e terciárias deve estar relacionado à maior demanda por mão-de-obra qualificada em atividades como construção civil, serviços e indústria.

Dessa forma, cabe destacar a importância do processo de escolarização dos sujeitos que vivem em Ananindeua, focalizados aqui nos sujeitos da APHA, que trabalham com a AUP, para a sua formação cidadã e para os seus projetos de vida.

A relação familiar é algo muito presente nas áreas agrícolas e pode perpetuar o trabalho na agricultura por gerações como destacam Kantor, Bueno e Ferlini (2009). Dessa forma, uma das questões que o questionário aplicado aos agricultores da APHA procurou levantar foi o tempo que desenvolviam atividades na área com objetivo de tentar identificar as relações com o trabalho na agricultura e sua perpetuação nessa atividade. A maior parte dos participantes da pesquisa possui de 11 a 20 anos de atividade agrícola (Gráfico 2). E os que estão há mais de dez anos envolvidos na atividade foram 9 dos 12 entrevistados, portanto, pessoas que acumularam muitas experiências, assim como, vivem e colaboram por meio da produção de alimentos para o sustento da família.

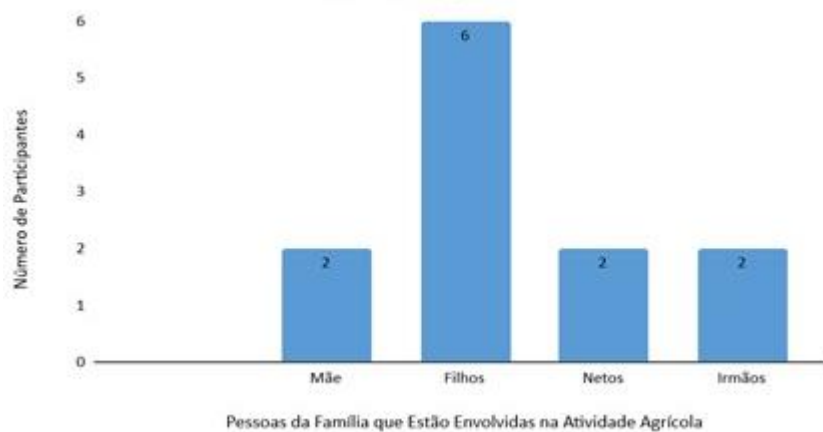
Gráfico 2 - Tempo dedicado à atividade agrícola por participante da pesquisa da APHA.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para tentar identificar a relação do agricultor com a terra e da família na atividade agrícola, foi elaborada propositalmente uma questão para saber quais membros da família estavam diretamente envolvidos na agricultura (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Membros da família envolvidos na atividade agrícola entre os participantes da pesquisa na APHA.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

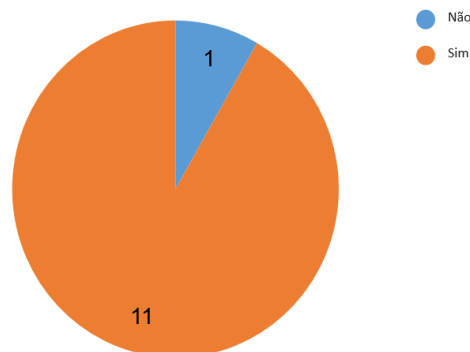
Como observado no gráfico acima o predomínio de membros da família envolvidos na atividade agrícola é de filhos, o que corrobora Gasson e Errington (1993) que apontam a importância do envolvimento intergeracional relacionado à transferência e à gestão da propriedade agrícola que perpassa por várias gerações familiares. Tradicionalmente, a agricultura familiar apresenta um modelo de

sucessão baseado na manutenção de pelo menos um herdeiro na propriedade, obedecendo a uma organização interna familiar.

A perspectiva de continuidade da agricultura familiar e de suas unidades produtivas depende de uma série de fatores que dificultam ou facilitam a permanência dos jovens. Esses fatores não são únicos e nem isolados, mas interligados entre si, e dizem respeito às condições sócio-econômicas familiares e da unidade produtiva; ao tipo de trabalho (agrícola ou não agrícola) realizado; às oportunidades de trabalho existentes na agricultura familiar e em atividades não agrícolas ou nas cidades próximas aos locais de residência; à educação; ao acesso ao lazer existente; à participação e ao envolvimento em movimentos sociais; à possibilidade do jovem ter seu trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e seus gastos pessoais; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola; ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens. São dimensões que constroem as razões e as motivações dos jovens de querer ou não ser agricultor (a) (BRUMER & SPANEVELLO, 2008, p. 13).

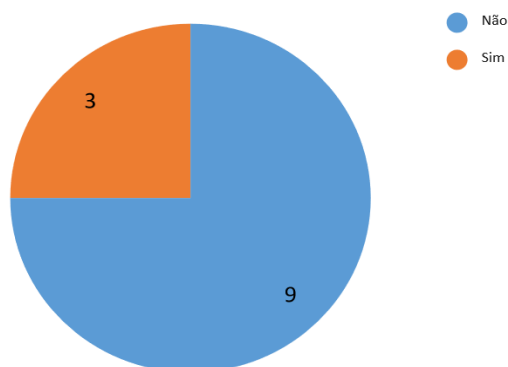
Foi, também, averiguado o interesse dos participantes da pesquisa em cursos de qualificação que pudessem contribuir em alguma etapa da atividade que executam (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4 - Interesse dos agricultores da APHA participantes da pesquisa em cursos de qualificação.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 5 - Número de agricultores da APHA participantes da pesquisa que realizaram cursos de qualificação.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As respostas apresentadas pelos entrevistados apontaram para a pesquisadora um importante caminho que poderia ser seguido para poder colaborar para o desenvolvimento local, uma vez que os dados apresentaram a convergência entre interesse em fazer curso (11 pessoas) e a incipiente participação em cursos de qualificação (apenas 3 entrevistados).

Orsini *et al.* (2013) destacam que a intensa urbanização gerou um aumento populacional nas cidades, com consequente crescimento nas áreas periféricas, aumentando também a demanda por alimentos, o que exigiu dos agricultores melhorias em suas técnicas e área de produção. Nesse sentido, as tendências de mercado, competências administrativas, empreendedoras e a latente necessidade de se capacitar para inovar acabam por convergir com que o que foi apontado nesse trabalho, quando os entrevistados afirmaram interesse em qualificação.

Zeeuw *et al.* (2011) afirmam em seus estudos que a qualificação dos agricultores proporciona, mediante o conhecimento, a apropriação do processo de produção ou transformação desse processo, aproveitando as potencialidades do seu desenvolvimento técnico. O autor complementa ainda, que a maioria dos agricultores urbanos e periurbanos pertencem a uma população que foi remanejada para as áreas periféricas da cidade, locais esses, desprovidos de políticas públicas que englobem suas necessidades de saneamento, saúde e educação. Porém, o fato de não serem assistidos com políticas públicas de qualidade, como exemplo da

educação, não demonstra falta de interesse em se qualificar, mas uma falta de oportunidade na realidade que o cerca.

De acordo com Monteiro (2002), a qualificação dos agricultores da AUP por meio da oferta de cursos, também gera uma possibilidade de aumento de renda com a comercialização de parte da produção *in natura* ou com algum tipo de pré-processamento, agregando valor ao seu produto.

O emprego de fatores que são pouco utilizados com fins produtivos, como terrenos baldios, água residual tratada, material reciclado e mão-de-obra qualificada com cursos destinados a necessidades locais, pode resultar em eficiência real dos produtores, além da produção, que geralmente utiliza técnicas que requerem poucos insumos (MONTEIRO, 2002, p. 41).

Moreira (2008) faz uma reflexão sobre a pobreza, desigualdades sociais e o desemprego a partir do aspecto econômico e social da AUP, afirmando que esses pontos de reflexão como consequências diretas do modelo de desenvolvimento capitalista. O autor afirma, ainda, que a agricultura urbana é realizada população pobre e marginalizada que mora nas áreas periurbanas da cidade destacando a falta de políticas públicas e acesso a um ensino de qualidade, pontos que poderiam ser chaves para o desenvolvimento local.

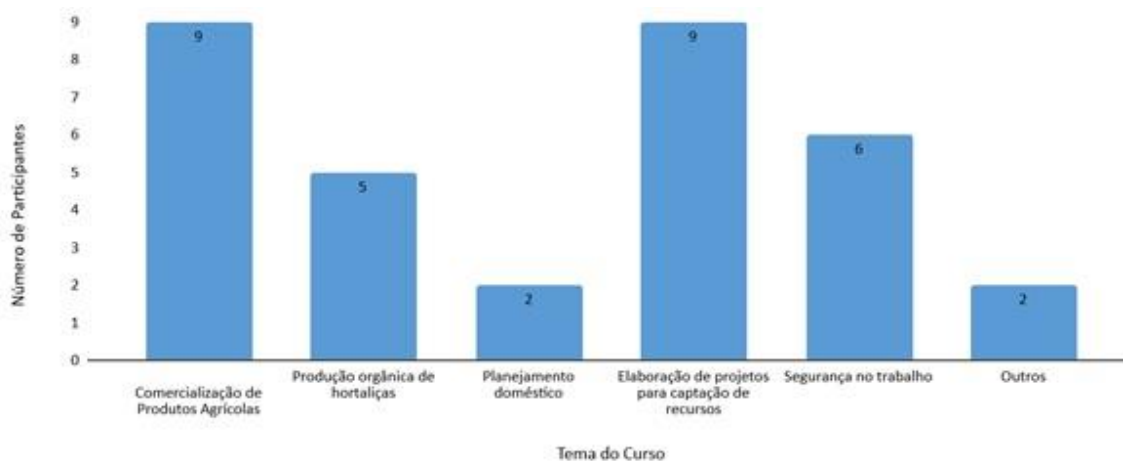
Neste contexto, Sequeira (2014) destaca a agricultura urbana e periurbana como uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento local, na medida em que proporciona uma melhoria dos aspectos econômico e social a partir da qualificação das famílias envolvidas na AUP, permitindo as mesmas adquirirem conhecimento que agreguem valor aos seus produtos e uma melhor gestão do seu empreendimento.

Diante dessa demanda e do interesse em participar de cursos de capacitação e qualificação, a pesquisa procurou realizar um diagnóstico acerca de quais cursos apontados no questionário os agricultores consideravam importantes, ou que poderiam trazer alguma melhoria no manejo ou gestão do seu cultivo. Dentre as opções, o questionário trouxe os cursos: 1- Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas; 2- Produção Orgânica de Hortaliças; 3- Planejamento Doméstico; 4- Elaboração de Projetos para Captação de Recursos; 5- Segurança do Trabalho; 6- Outros.

Os participantes da pesquisa tinham a possibilidade de escolher mais de um curso de formação. Assim, Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas e

Elaboração de Projetos para Captação de Recursos foram apontados por 9 dos 12 sujeitos participantes da pesquisa (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Cursos de qualificação de interesse dos agricultores da APHA participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A proposta pensada, após a análise do diagnóstico, foi a formação inicial e continuada – FIC. Esse formato de curso possui características próprias, além de ter menor duração e parte prática, podendo ser moldada às necessidades dos agricultores da APHA. Cabe destacar ainda que o Estatuto da APHA, desde a sua fundação em 1988, prevê para seus membros cursos de capacitação, formação e outros fomentos sobre a promoção de eventos de educação e capacitação profissional, bem como a “firmação de convênios e parcerias com órgãos Federais, Estaduais e Municipais e Empresas Privadas, para melhor abrangência e capacitação na elaboração das suas atividades comerciais e econômicas” (APHA, 2013, p. 02).

A formação inicial e continuada é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho e para a elevação de escolaridade, conforme preconiza o artigo 7º, da lei 11.892/2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, especificamente em seu item II, onde dispõe que os institutos federais devem ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de

profissionais em todos os níveis de escolaridades, nas áreas de educação profissional e tecnológica.

Como afirma Frigotto (2003), os cursos de Formação Profissional Rural são necessários, assim como todo o processo de formação inicial, continuada e de profissionalização dos seres humanos, pois o capital humano pode atuar de duas formas sobre o desenvolvimento econômico de uma comunidade: primeiro, aumentando a capacidade de trabalho, com a própria mão-de-obra (efeito produto) e, segundo, melhorando a eficiência produtiva (efeito alocativo) dos fatores agregados de produção do capital e do trabalho.

Nesse diálogo, os cursos de capacitação e de formação assumem identidade e características próprias, objetivos profissionalizantes e conteúdos ocupacionais centrados no processo de produção e objetivos do trabalhador, resultando em ganhos e aumento da produtividade. Neste sentido, eles são necessários aos associados da APHA, e as formações apontadas como de interesses deles vinculam-se diretamente ao mundo do trabalho e estão associadas à gestão de sua produção.

Assim, alguns fatores podem dificultar a execução de atividades dos agricultores da APHA como, por exemplo, a falta de acordo prévio sobre o destino da produção; contratos verbais ou inexistentes; comercialização de produtos em feiras, pequenos mercados locais, o que pode diminuir o lucro destes produtores; e/ou uma não frequência pré-estabelecida de compradores, sem um planejamento do lucro por safra ou colheita.

Neste contexto, Harvey (2005) ainda discorre que se o crescimento econômico ocorre de modo saudável é preciso garantir a circulação das mercadorias no espaço por financiamento de mão de obra, recursos e infraestruturas, muitas vezes, criadas pelo Estado; assim como, se o crescimento econômico estagnar em decorrência das crises os ajustes espaciais renovam a acumulação, seja pela expansão de novos mercados ou na organização espacial interna. Portanto, existem as “possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual” [...], sem o qual o capitalismo teria “deixado de funcionar como sistema econômico político”. (HARVEY, 2005, p. 193).

Como o próprio autor coloca, não podemos esquecer que o crescimento econômico de qualquer comunidade é “um processo de contradições internas”, pois

o progresso da acumulação pressupõe/depende da existência de “oferta de força de trabalho” e da “oferta dos meios de produção e da infraestrutura” (HARVEY, 2005, p. 44-45). Entretanto, mesmo com todas as prerrogativas e legislações presentes no Estado, que dispõem de todos esses aspectos, “o capitalismo tende” a “produzir algumas barreiras para o seu próprio desenvolvimento”, seja na produção, no consumo, na circulação ou na produção de valor, como o que ocorre na APHA.

Assim, na APHA, as premissas do Estatuto apontam para objetivos como alcançar as demandas dos órgãos municipais, estaduais e federais, bem como, atuar com a legislação pertinente dos programas de governo sobre produção e fornecimento de alimentos saudáveis.

Com efeito, a relação entre o associativismo e o cooperativismo com a AUP ganha destaque no mundo atual, marcado pela forte competitividade que caracteriza a globalização da economia. Nesse contexto, a união de forças via associativismo e cooperativismo, como bem afirma a presidente da APHA, e a oferta de cursos de formação e capacitação nestes temas, constitui uma prerrogativa para a própria sustentabilidade da unidade produtiva e do negócio (PIRES *et al.*, 2009).

Neste âmbito da produção da agricultura urbana e periurbana por meio da criação de associações e cooperativas, Nackiluk e Silva (2019) em seus estudos sobre os possíveis impactos governamentais na agricultura brasileira nos últimos anos pelas ações do Governo Federal, destacam as associações e cooperativas como um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção, que precisa ser contemplado com recursos do governo dos entes federados (União, Estado e Município).

Neste sentido, a partir do diagnóstico levantado na pesquisa de campo e utilizando como base o questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa, foi elaborada uma proposta de projeto pedagógico de um curso de formação inicial e continuada de Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas, com objetivo de auxiliar os agricultores da APHA na comercialização dos produtos e gestão de seus empreendimentos agrícolas. A proposta do Curso FIC Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas está apresentada no Apêndice A desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará – APHA, município de Ananindeua – PA, tem uma história e uma dinâmica articuladas à vida das pessoas que fazem parte de um contexto de lutas por moradia, por alimento e acima de tudo pela produção agrícola.

A busca por novas alternativas para aplicar na comercialização e até mesmo na qualidade do produto, por parte dos agricultores, foi refletida na pesquisa que revelou um maior percentual de entrevistados com interesse em capacitações, justificando a necessidade de oferta de cursos.

A atividade praticada pelos agricultores urbanos e periurbanos da APHA exige habilidades empreendedoras para o atendimento das exigências dos consumidores quanto à qualidade e especificidades dos produtos. Dessa forma, a falta de organização e de gestão pode influenciar de forma negativa na condução do negócio.

Dessa forma, a agricultura urbana e periurbana pode contribuir para o desenvolvimento econômico-territorial dos espaços urbanos e periurbanos, quando conseguem agregar a isso políticas públicas, assim como pelos modelos de cooperativismo e associativismo presente nas organizações e nas sociedades rurais e urbanas que desenvolvem as atividades agrícolas no Brasil e no mundo.

Ao categorizar os dados apresentados por meio dos questionários respondidos pelos sujeitos da pesquisa, é notório observar o interesse em cursos de capacitação por parte dos associados da APHA como possibilidade de melhoria agrícola, pessoal, social e humana deste grupo de sujeitos da pesquisa. A lacuna apontada na pesquisa no quesito falta de estudos vem afirmar a má qualidade do ensino para os sujeitos do campo, das áreas rurais e periurbanas, com uma formação precária descontextualizada da realidade local, regional e social, culminando com uma má preparação para o mercado da agricultura e dos negócios.

Chaves (2019) afirma que no Brasil há uma perpetuação da enorme desigualdade na distribuição da renda e das imensas deficiências no sistema educacional, e que nos últimos anos vem ocorrendo uma reforma administrativa e gerencial da educação, com a finalidade de adequar à nova ordem internacional do capital, imposta com centralidade e redução orçamentária em todos os níveis da

educação brasileira. Empurrando para fora da escola os mais necessitados de uma Educação Básica.

Esses problemas estão obviamente associados às políticas focalizadoras, descentralizadoras e de privatização imposta pelo governo. Acredita-se não ser possível, hoje em dia, aumentar substancialmente a renda média de adultos sem instrução, nem conseguir educar adequadamente crianças cujas famílias vivem à beira da miséria, remetendo-se à ideia de um processo que promove a exclusão da classe trabalhadora das escolas, quando não atende às demandas da população ou, simplesmente, impõe uma “escola do conhecimento para ricos” e uma escola “assistencialista e acolhedora para os pobres” (LIBÂNEO, 2012).

Neste diálogo, é necessário integrar teoria e prática, a práxis, fazer o aprendiz construir o próprio conhecimento e defrontar-se com o real, problematizar o conhecido e o desconhecido, desvelar a realidade, articular, mobilizar e colocar em ação os conhecimentos adquiridos para solucionar situações adversas, inclusive do seu cotidiano: essas são as premissas do curso de Formação Inicial e Continuada sobre “Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas”.

Este curso de FIC sobre “Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas” está sendo apresentado para ser assentado aos associados e às famílias que constituem a APHA, inclusive pela proximidade com a realidade profissional desses agricultores que fazem parte dessa associação, que deve ser preservada, ampliada e a ela deve ser dada voz, além da possibilidade de perpetuação do legado por parte dos descendentes desses trabalhadores agrícolas por meio de cursos de capacitação e formação profissional.

De modo geral, constatou-se uma necessidade de capacitação para os associados de maneira que os mesmos possam realizar a gestão e comercialização de seus produtos e elaborar de projetos para captar recursos junto aos entes federados.

Conforme Gaffuri (2005), as atividades desenvolvidas pela AUP necessitam de aperfeiçoamento e capacitação contínuos, além da expansão de suas relações com o mercado local e com a região em que atuam, pois se vivencia atualmente a globalização do mundo contemporâneo. Assim, a gestão de negócios agrícolas e a comercialização dos produtos produzidos na APHA deve priorizar a capacitação em tecnologias, buscando o aumento da produção, da comercialização.

O que Libâneo (2012) aborda corrobora o modelo do sistema de exclusão da maioria dos jovens brasileiros, em que o processo de ensino-aprendizagem acaba gerando a desqualificação dos sujeitos-atores desse movimento, que sempre foram deixados à parte, ou seja, são formados para o trabalho e não pelo trabalho, quando, conforme Freire (2011), o mundo se faz pelo trabalho, pelo trabalho cooperativo.

Daí a necessidade de se propor cursos de formação, aperfeiçoamento e qualificação para o homem do campo e da cidade, para o ser humano que vai trabalhar com as máquinas como também para aqueles que vão trabalhar com a terra. Uma proposta inovadora de Freire para a produção do conhecimento foi o método por meio de diálogo, de seminários, de discussões, uma forma de definir a importância da ligação entre teoria e prática, para o autor “a palavra verdadeira se faz ação transformadora do mundo, assim, não há palavra verdadeira que não seja práxis” (FREIRE, 2011, p. 14).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: **Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural – Anais**. Brasília: Anais, 1997.
- ALMEIDA, Daniela A. O. de; COSTA, Heloísa S. M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. In: **APP Urbana 2014 - III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, 2014**, Belém. A dimensão ambiental da cidade. Belém: UFPA, 2014.
- ALVES, Eliseu, Souza, Geraldo da Silva e, Marra, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Ano XX, nº 2, abr./maio/jun. 2011.
- ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1075-1432, 2010.
- ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (org.) Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. ÁVILA, C. J.; VEENHUISEN, R. Editorial: Aspectos econômicos da Agricultura Urbana. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 7 – Aspectos Econômicos da Agricultura Urbana. 2011. Disponível em <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AUrevista.html#sobre>>.
- ARRUDA, Juliana. Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsidio para políticas publicas. 2006. 147 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/257090>>. Acesso em: 8 jun. 2020.
- BASTOS, E. B. B. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. 2013.
- BELTRAN, J. Hacia un imaginario de desarrollo sostenible. In: **A la búsqueda de ciudades sostenibles**. Seminario Especializado; Encuentro Internacional Habitat, 2. 1994, Pereira, Colombia. Memorias. Pereira, Bogotá: Ed. Guadalupe. 1995
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BON, H. D.; PARROT, L.; MOUSTIER, P. Review article Sustainable urban agriculture in developing countries -A review. **Agronomy for Sustainable Development**, (30), p. 21–32. 2010. <https://doi.org/10.1051/agro:2008062>
- BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Org.) **Agricultura**

urbana: dimensões e experiências do Brasil atual. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

_____. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Catálogo de produtos ofertados pela agricultura familiar**. MDS -- Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Simposio_PAA/SIMPOSIO_NACIONAL/Catalogo_Produtos_Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 10.07.2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. Estudo da dimensão territorial para o planejamento: III. Regiões de referência. Brasília: MP/SPI, 2008. (5v.).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. 2013a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acessado em 20 de Junho de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-norma-pe.html>>. Acesso em: 15.06.2020. BRINKMANN, K, et al. Analysis of landscape transformation processes in and around four West African cities over the last 50 years. **Landscape and Urban Planning**, v. 105, p. 94 –105, dez. 2012.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10.10.2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

_____. Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. MEC – INEP. **IDEB – Resultados e Metas**. Ano 2019. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=890717>>. Acesso em: 28.01.2020.

BUAINAIN, Antonio M. et al (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 806 f. (Tese de Doutorado em Geografia) Presidente Prudente: UNESP, 2013.

CHAVES, Vera L. J. O ensino superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada. In: CASSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Boitempo, 2019.

COSTA, Maria Rosa Travassos da Rosa Et al. (Org.). **Atividade agropecuária no Estado do Pará** / por Maria Rosa Travassos da Rosa Costa... [et al.]. – Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2017. (Documentos / Embrapa Amazônia Oriental, ISSN 1983-0513).

COSTA, C. L. **A escola do urbano no campo do município de Catalão/GO**: ensino de geografia nas especificidades do lugar. 304 f. (Tese de Doutorado em Geografia). Uberlândia: UFU, 2013.

COAG/FAO. **Urban and periurban agriculture**. COAG/99/10. Presented at 15th Session of the COAG, FAO, Rome, p. 25-29, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/NEWS/1999/img/SOFI99-E.PDF>>.

CRAVEIRO, C. B. A.; XIMENES, D. A. BOLSA FAMÍLIA, 2013 - mds.gov.br

DENZIN, K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage publications, 2000.

DELPHINO, Fátima Breatriz de Benedictis. **A educação Profissional**. São Paulo: Ícone Editora, 2010.

FERREIRA, Rúbio J. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas**: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Criar cidades verdes mais verdes**, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/comunidades.html>>. Acessado em 15.04.2019

FORSTER, T., et al. **Milan Urban Food Policy Pact**: Selected Good Practices from Cities. Fondazione Giangiacomo Feltrinelli: Milan, 2015. Disponível em: https://www.ruaf.org/sites/default/files/MUFPP_SelectedGoodPracticesfromCities.pdf Acesso em: 28.05.2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise no capitalismo real**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRÓES JÚNIOR, Paulo Silvano Magno. **Agricultura urbana no município de Ananindeua (PA): análise socioeconômica e ambiental das práticas adotadas no bairro do Curuçambá**. Orientador: Dr. Fabrício Khoury Rebello. 2020. 98 f.

Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/957/5/AGRICULTURA%20URBANA%20NO%20MUNIC%c3%8dPIO%20DE%20ANANINDEUA%20%28PA%29.....pdf>>. Acesso em: 28.05.2020

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: Um estudo introdutório**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2004.

GAFFURI, Juliana. et al. Empreendedores rurais como gestores de negócio para o provimento do desenvolvimento agrícola. **Anais 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. UNIOESTE, Cascavel, p. 07, 2005. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/>>. Acesso em: 13.08.2019.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. The farm family business. Wallingford: Cab International, 1993.

GERHARDT Tatiana E.; SILVEIRA Denise T. (Org.) **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, maio/jun, 1995.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HOFFMANN, R.; GOMES NEY, M. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. **Economia e Sociedade**, Campinas, 13.2 (23), 2004. P. 51-79.

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília, 2002a. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2018**. Região Metropolitana de Belém e Ananindeua. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150140>>. Acesso em: 10.09.2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados preliminares**. Rio de Janeiro : IBGE, 2010. IBGE. Região Metropolitana de Belém 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores. Acesso em: 26.09.2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Resolução nº. 0122/2016 – CONSUP, de 18 de julho de 2016**. Disponível em:

<http://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: 26.09.2019.

KANTOR, I.; BUENO, B. P. S.; FERLINI, V. L. A. Dossiê Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.17. n.2. p. 11-15, 2009.

LEITE, G. M.; LOPES, M. L. B. Agricultura Urbana: Análise da experiência desenvolvida na comunidade do Curuçambá. In: TOBIAS, M. S.G; LIMA, A. C. (Orgs.) **Urbanização & Meio Ambiente**. Belém: UNAMA, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 26.09.2019.

LOVO, I.C; COSTA, Z. R. P.; Fazendo leis para a agricultura urbana: a experiência de Governador Valadares. In **Revista da Agricultura Urbana** n. 16. 2007. Disponível em<<http://www.ipes.org/images/agriculturaUrbana/documents/rev16/AU16vala/pdf>>. Acesso em 29/08/2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MADALENO, I. M. Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente. **Revista de Agricultura Urbana**, n.4, 2001. Disponível em:<<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU4/AU4lisboa.html>>. Acesso em 28.0.2020.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. No Caminho de Pedras de Acabatal: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/ UFPA, 2ª ed. 2004.

MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.

MKWAMBISI, D. D.; FRASER, E. D. G.; DOUGILL, A. J. Urban agriculture and poverty reduction: evaluating how food production in cities contributes to food security, employment and income in malawi. **Journal of International Development**, 203(February 2010), p. 181–203. 2011. <https://doi.org/10.1002/jid.1002>.

_____. **Plano Diretor Urbano. Ananindeua** (PDU), 2013.

MONTEIRO, A. V. V. M. **Agricultura Urbana e Peri-Urbana**: questões e perspectivas. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 39-44, 2002. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=52>>.

MOREIRA, Crispim. **Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana**. In: HISSA, C. E. V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa: Iniciação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2.ed., 2006.

MOUGEOT, L. Agricultura Urbana: conceito e definição. **Revista de agricultura Urbana**, nº 1. Lima: IPES – Promoción de Desarrollo Sostenible, 2000. Disponível

em: < <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1.html> >. Acesso em 22.09.2019.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

NACKILUK, Katia; SILVA, Rosana de O. P. Primeiras Medidas do Atual Governo Federal em 2019 e Possíveis Impactos na Agricultura. IN: **Análises e Indicadores do Agronegócio**. Instituto de Economia Agrícola – IEA. 2019, Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-06-2019.pdf>>. Acesso em: 04.09.2019.

NARAIN, V. Growing city, shrinking hinterland: land acquisition, transition and conflict in peri-urban Gurgaon. **Environment and Urbanization**, India, v 21, n 2, p. 501 –512, set. 2009.

NOLASCO, C. L. **A agricultura urbana no desenvolvimento sustentável dos municípios**. 166 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso em Gestão Ambiental em Municípios, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração dos Direitos Humanos**, 1999. Disponível em <http://www.onubrasil.org.br/documentos_PDF>. Acesso em: 16.08.2019.

OLIVEIRA, Beatriz, ROBAZZI, Maria. O Trabalho na Vida dos Adolescentes: Alguns Fatores Determinantes para o Trabalho Precoce. 2001. **Rev Latino-am Enfermagem** 2001 maio; 9(3):83-9. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n3/11503.pdf>> Acesso em: 26.08.2019.

ORSINI, F.; KAHANE, R.; NONO-WOMDIM, R.; GIANQUINTO, G. Urban agriculture in the developing world: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, 33(4), p. 695–720. 2013. <https://doi.org/10.1007/s13593-013-0143-z>.

PEREIRA, J. M. et al. Agricultura urbana: repercussão estimada na segurança alimentar e na receita familiar. 2011. 12 p. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wpcontent/uploads/2011/07/GT1-Jos%C3%A9-Maur%C3%ADcio-Pereira.pdf>> Acesso em: 30.03.2019.

PEREIRA, Fabiana S. VIEIRA, Ima Celia G. Expansão urbana da Região Metropolitana de Belém sob a ótica de um sistema de índices de sustentabilidade. **Rev. Ambiente & Água**, vol. 11 n. 3 Taubaté – July / Sep. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304456029_Expansao_urbana_da_Regiao_Metropolitana_de_Belem_sob_a_otica_de_um_sistema_de_indices_de_sustentabilidade>. Acesso em: 10.09.2019.

PESSÔA, Cristiane Cardoso. **Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria – RS**. Dissertação de mestrado. Santa Maria: UFSM. 2005. 102p. Disponível em <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2008-01-pdf>. Acesso em 16/08/2019.

PIRES, Ma. Luiza Lins e Silva, AMORIM, João Batista, ALBUQUERQUE, Pedro A. T. Silveira e JUSTE, Yasmina P. Victor. **Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais**. XIV Congresso Brasileiro

de Sociologia. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/90721512/33678759-Cooperativismo-Agricultura-Familiar-e-Redes-Sociais-Na-Reconfiguracao-Dos-ESPACOS-RURAIS>>. Acesso em: 27.11.2019.

PLANO municipal de desenvolvimento rural de pilar do sul. PMDRS 2010-2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 2009.

SANTOS, D. M. Fronteiras (In)Visíveis da Cidade Capitalista: segregação socioespacial no conjunto parque Modelo II/ Ananindeua-PA. Dissertação Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte: FAO/MDS/SESAN/DPSD, 2007. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em: 23.08.2019.

SEIR. **Secretaria de Estado de Integração Regional**. 2010. Disponível em <<http://www.seir.pa.gov.br>>.

SEQUEIRA, Gisela R. **Agricultura urbana e periurbana no Curuçambá em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém: perspectivas e desafios**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6764>>. Acesso em: 16.08.2018

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE **Associativismo**: As principais diferenças entre associação e cooperativa. 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigoshome/>>. Acesso em: 10.09.2019.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. **A Economia Social no Brasil: panorama de um campo em transformação**. In La Economia Social em Iberoamérica. Un acercamiento a su realidad. Madrid: Fundibes, 2006.

SILVA, E. R. R.; SABLAYROLLES, M. G. P. Caracterização das atividades de agricultura urbana: um estudo de caso em Santarém –Pará. **Cadernos de Agroecologia**, 9(4), 1–13. 2014.

SILVA, Sérgio B.; SEIXAS, Vanda. **RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Superintendência Federal de Agricultura no Pará. (Participação e supervisão da SFA/PA). Disponível em: <www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias/2007/sfa-pa-para.pdf>. Acesso em: 23.10.2019.

SILVA, Patrícia O. **A reprodução da agricultura familiar na Região Metropolitana de Belém no início do século XXI: um estudo acerca dos agricultores dos bairros de Almir Gabriel e Uriboca no município de Marituba (PA)**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SHAH, S. K.; CORLEY, K. G. Building better theory by bridging the quantitative-qualitative divide. **Journal of Management Studies**, 43(8), 1821-1835, 2006.

SLINGER, V. A. V. Peri-Urban Agroforestry in the Brazilian Amazon. *Geographical Review*, v. 90, n. 2, p. 177, 2000. ISSN 00167428, DOI: 10.2307/216117.

SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. Cities feeding people: report 18 –Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005. PNUD, Habitat II Série. Ottawa: International Development Research Centre, 1996.

SOUZA, M. A., Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e produção científica. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>> Acesso em: 22.06.2020.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 11^a. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica Associação Dos Geógrafos Brasileiros**, 2(2), p. 21–42. 2005.

ZAAR, Miriam Hermi. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. *Biblio 3W*. 2011. IN: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2011, Vol. XVI, nº 944. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>>. [ISSN 1138-9796]. Acesso em: 28/08/2019.

ZEEUW, H. de; GUNDEL, S.; WAIBEL, H. La integración de la agricultura en las políticas urbanas. **La Revista Agricultura Urbana**. v. 1, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.ipes.org/aguila>>.

ZEEUW, H. D.; VAN VEENHUIZEN, R.; DUBBELING, M. The role of urban agriculture in building resilient cities in developing countries. *Journal of Agricultural Science*, (149(S1)), p. 153–163. 2011. <https://doi.org/10.1017/S0021859610001279>.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PROPOSTA DE CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A APHA

1. NOME DO CURSO

Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas.

2. EIXO TECNOLÓGICO

Desenvolvimento Profissional, Econômico e Promoção Social.

3. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O direito à educação consiste em norma constitucional indispensável à eficácia do princípio da dignidade da pessoa humana, norma máxima que representa o núcleo essencial de cada um dos direitos fundamentais, expressos nos documentos oficiais internacionais e nacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (ONU, 1948), a Constituição Federal do Brasil – CF (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996).

Entretanto, Libâneo (2012) aponta em seus estudos que ainda vivemos um dualismo perverso da educação no Brasil, em que em face da problemática de políticas públicas educacionais, circula uma variedade de propostas sobre as funções da escola; propostas estas frequentemente antagônicas, indo desde as que pedem o retorno da escola tradicional, até as que preferem que ela cumpra missões sociais e assistenciais.

Ambas as posições explicitam tendências polarizadas, indicando este contraditório da escola brasileira em que, em um extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência (LIBÂNEO, 2012).

Neste contexto, a educação no Brasil do século XXI voltada para o filho do trabalhador já enfrenta grandes desafios em todas as etapas do processo, principalmente nos municípios que não são capitais do estado, como o caso de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, que busca por meio das condições mínimas oferecidas pelas políticas públicas educacionais, caminhar no processo de

escolarização para seus cidadãos e atingir o índice do IDEB projetado pelo INEP/MEC, como aponta o Tabela 1.

Tabela 1 - Índice do IDEB Projetado e Observado em Ananindeua-PA

Município/UF	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
Ananindeua/PA															
4º/5º ano E.F.	3,2	3,1	4,0	4,2	4,0	4,7	5,0	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
8º/9º ano E.F.	3,4	3,2	3,4		3,4	3,7	3,9	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3º ano E.M.							2,7							2,9	3,1

Fonte: IDEB/INEP, 2019.

Observa-se pelos índices do IDEB/INEP (BRASIL, 2019) que somente os alunos do Ensino Fundamental Menor é que atingiram as metas projetadas pelo Ministério da Educação para o município; as demais etapas da Educação Básica, os Anos Finais do Fundamental e o Ensino Médio, não atingiram as referidas projeções desde a sua implantação.

Com frequência, a educação escolar está vinculada a formação de recursos humanos para o desenvolvimento do País, o que segundo Oliveira e Robazzi (2001, p. 86) referenciam que “[...] tal postura ajoelha a educação aos pés da economia e do mercado de trabalho, reduzindo-a à função de preparadora de mão-de-obra”, incorrendo no erro de se acreditar que basta a educação de base como o meio de garantir emprego para todos os que estudarem, sem finalizarem seus estudos, infringindo a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, que em uma de suas finalidades discorre que: A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, de acordo com a LDBEN – art. 22 (BRASIL, 1996).

Nesse viés, muitos filhos das classes trabalhadoras acabam trilhando o caminho do abandono e da evasão escolar no país, como se verificou no índice de escolarização dos associados e filhos de associados da APHA, que no contingente dos entrevistados, do total de 12 sujeitos, 2 não tiveram acesso à escola, 3 não concluíram o Ensino Fundamental e somente 5 concluíram esta etapa, mas não deram continuidade ao Ensino Médio – etapa que apenas 2 entrevistados afirmaram

que finalizaram toda a sua Educação Básica, mas não conseguiram ingressar no ensino superior.

Portanto, o IFPA, ao integrar a educação profissional de formação inicial e continuada para estes sujeitos, inova em ação estratégica para a comunidade local, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de um currículo integrador, de conteúdo do mundo do trabalho e de práticas sociais, levando em conta o diálogo entre os saberes e experiências das diferentes áreas do conhecimento.

Um curso de capacitação, profissionalização ou mesmo de formação inicial e continuada dentro da área de atuação desses sujeitos será profícuo para o desenvolvimento de suas habilidades e competências no setor agrícola. Assim, como o objetivo da pesquisa foi o de: propor um curso para a qualificação profissional dos agricultores da APHA, com vistas ao fortalecimento da AUP como estratégia para assegurar o desenvolvimento local, social e profissional de seus associados e familiares, esta proposta de FIC surge como produto final desta pesquisa. O curso de capacitação profissional dará formação voltada a “Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas”.

A gestão e comercialização de produtos agrícolas está conectada globalmente com todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento, e a sua importância para o sucesso das atividades de AUP leva em consideração os métodos e estratégias utilizados pelo agricultor que, neste caso, torna o produtor negociador e vendedor de seus produtos, articulando ou mesmo planejando suas ações, por meio de técnicas planejadas para o desenvolvimento de seu negócio (GAFFURI, 2005).

A capacidade de articular, ou mesmo colocar em ação estratégias planejadas, relaciona-se com o nível de maturidade e conhecimento do mundo do empreendedorismo – vigente na era global que vivemos. Neste campo, a capacidade de conceber ferramentas e construir metodologias adequadas, e, sobretudo, ao ciclo de vida do seu negócio está relacionada ao processo de ensino-aprendizagem constante nos cursos de capacitação e de formação inicial e continuada.

Portanto, a proposta desse plano de curso, tem como premissa maior capacitar os participantes com competências profissionais de modo a conseguirem identificar de forma autônoma e crítica ideias e oportunidades de negócio, com

ênfoque na temática da comercialização de produtos agroalimentares em circuitos curtos, produzidos na APHA, em Ananindeua, no Pará.

Esse curso tem como proposta a Formação Inicial e Continuada – FIC em **Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas**, no âmbito do IFPA *Campus* Castanhal e do IFPA *Campus* Ananindeua, que se encontram próximos à área da referida associação e permitem o processo de expansão e consolidação na oferta de cursos profissionalizantes como demanda para os agricultores da Região Metropolitana de Belém.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Nível	Formação inicial e continuada – FIC
Modalidade	Formação continuada
Forma de oferta	Presencial
Tempo de duração do curso	4 meses
Turno de oferta	Vespertino
Horário de oferta	14h às 16h
Carga horária total	120 h
Número máximo de vagas	40
Número mínimo de vagas	20
Requisitos de acesso curso	Associados da APHA em atividades agrícolas
Periodicidade da oferta	Semestral
Instituição parceira	APHA, EMATER, Outras.
Frequência mínima	75% da carga horária total
Público-alvo	Associados com o Ensino Fundamental Completo

5. OBJETIVOS

5.1 Geral

Promover a formação inicial e continuada para agricultores da Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará – APHA, visando o aperfeiçoamento dos participantes agricultores, promovendo o desenvolvimento das suas competências de gestão e comercialização de produtos agrícolas, de maneira a fomentar o sucesso e o crescimento do setor agrícola da APHA e das famílias associadas.

5.2 Específicos

- Proporcionar a formação e qualificação aos associados e filhos dos associados da APHA, em nível básico na área de Gestão e Comercialização de Produtos da Agrícolas;
- Difundir e fomentar o conhecimento dos aspectos técnicos necessários para desenvolverem suas competências e habilidades de gestão, comercialização e captação de recursos para seus negócios em nível técnico e tecnológico.
- Capacitar os associados para a compreensão sobre os conceitos de gestão e comercialização de produtos agrícolas;
- Articular as determinantes do mercado para os produtos agrícolas ao nível local, Região metropolitana de Belém - RMB e para todo o Estado do Pará;
- Interagir com os sujeitos e intervenientes da cadeia de valor da produção agrícola, ao nível local e nacional;
- Elaborar e analisar planos de negócios do ramo de agricultura urbana e periurbana (criação de pequenos e médios negócios) e o desenvolvimento de técnicas e competências gerenciais, e os fundamentos da empresa agrícola.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO DO CURSO

O perfil profissional egresso do curso de **Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas** será definido a partir da aquisição de habilidades e competências que irão permitir a compreensão da Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas, capaz de gerir negócios agrícolas, de forma a fomentar a comercialização e negociação da produção dos seus locais de cultivo, bem como o crescimento do setor agrícola na APHA e nos diversos ambientes profissionais aos quais estejam inseridos.

O estudante egresso desse curso de FIC do IFPA, em parceria com a Emater e a APHA, do ponto de vista da formação geral, deve demonstrar avanços na aquisição de seus conhecimentos básicos, estando preparado para dar continuidade nos estudos posteriores. Do ponto de vista da qualificação profissional, deve estar qualificado para atuar nas atividades relativas à gestão no seu Empreendimento, Comercialização de Produtos Agrícolas, além do gerenciamento das atividades agrícolas por meio de uma comunicação assertiva e de desenvolvimento pessoal na sua área de atuação profissional, podendo assim, desempenhar, com autonomia, suas atribuições no mundo do trabalho.

Espera-se, ainda, que o egresso do curso de **Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas** desenvolva habilidades profissionais de forma ética, com transparência nas relações, compromisso com resultados do trabalho, legalidade e moralidade nas ações de gerir, empreender e administrar os negócios agrícolas, focalizados aqui na produção agrícola de cada produtor e da APHA.

7. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO

A sistemática da avaliação do processo de ensino-aprendizagem do curso Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas seguirá o que determina a Lei nº 9.394/1996 e o Regulamento Didático do IFPA em vigor.

A avaliação da aprendizagem como um processo contínuo e cumulativo dos estudantes será desenvolvida sob três modalidades: avaliação diagnóstica, formativa e somativa. A participação e interesse na sala de aula, relacionado com a aprendizagem do conteúdo trabalhado com conhecimentos preliminares, revisando-se brevemente temas e abordagens desenvolvidos em etapas. O docente será capaz de identificar deficiências de formação teórica e técnica do acadêmico, cabendo-lhe empregar as ferramentas adequadas para corrigi-la.

Dessa forma, as funções avaliativas deverão ser observadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Nessa perspectiva, a avaliação deve funcionar como instrumento colaborativo na verificação do processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Dessa maneira, conforme o Regulamento Didático do IFPA, o desempenho acadêmico do estudante em cada eixo temático será registrado por meio de nota, compreendida entre 0 (zero) e 10 (dez) pontos. O discente será aprovado na disciplina por média, se obtiver nota maior ou igual a sete (≥ 7).

Ao estudante que não realizar as atividades de verificação da aprendizagem, será registrado o código NA – Não Avaliado, que corresponderá à nota 0 (zero). Será vetado o direito de realizar as avaliações ao estudante que, sem justificativa legal, tiver frequência inferior a 75% no período letivo unidade/semestre/módulo, em que os conteúdos a ser avaliados forem trabalhados.

O professor, no decorrer do processo educativo, promoverá meios para a recuperação da aprendizagem dos estudantes, competindo divulgar, aos participantes do curso, o resultado de cada avaliação antes da avaliação seguinte.

A verificação do desempenho acadêmico será feita de forma diversificada, a mais variada possível, de acordo com a peculiaridade de cada processo educativo, deverá tomar como referência parâmetros orientadores de práticas avaliativas, contendo entre outros: atividades individuais e em grupo; pesquisa de campo; elaboração e execução de projetos; produção científica, técnica ou profissional.

Já para as práticas avaliativas qualitativas, são necessários: domínio cognitivo; cumprimento e qualidade das tarefas – execução de tarefas com requisitos previamente estabelecidos no prazo determinado com propriedade, empenho, iniciativa, disposição e interesse; capacidade de produzir em equipe, com disposição, organização, liderança, cooperação e interação na atividade grupal; e autonomia – capacidade de tomar decisões e propor alternativas para solução de problemas, iniciativa e compreensão do seu desenvolvimento.

8. DESCRIÇÃO DE CERTIFICADOS A SEREM EXPEDIDOS

Para fins da certificação do curso de FIC **Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas**, o aluno será considerado apto à qualificação e certificação pelo IFPA *Campus* Ananindeua, desde que tenha aproveitamento mínimo de 70% e frequência maior ou igual a 75%. Ressalta-se, para efeitos da certificação exigida, que o estudante deve ter integralizado todos os componentes curriculares do curso, ficando condicionada a certificação da FIC à comprovação do ensino fundamental completo também.

9. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Para que haja uma relação de ensino-aprendizagem que alcance padrões satisfatórios de qualidade do curso de FIC em **Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas**, o IFPA *Campus* Ananindeua e o IFPA *Campus* Castanhal deverão dispor de instalações físicas, recursos materiais e equipamentos adequados e disponíveis para o curso, conforme descrito nos Quadros 1, 2 e 3, a seguir.

Quadro 1 - Estrutura física do IFPA *Campus* Ananindeua (atendimento ao curso)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
01	Laboratório de informática	02
02	Sala de professores	01
03	Banheiros	05
04	Biblioteca com acesso à internet	01
05	Sala de aula	08

Fonte: IFPA, 2016 (adaptado pela autora, 2019).

Quadro 2 - Equipamentos disponíveis para atendimento ao curso

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT
01	Microcomputador com acesso à internet para uso de docentes	07
02	Microcomputador com acesso à internet para uso de discentes	20
03	Impressora	03

Fonte: IFPA, 2016 (adaptado pela autora, 2019).

Quadro 3 - Recursos didáticos disponíveis para o curso

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT
01	Quadro branco	08
02	Data show	08
03	Notebook	03

Fonte: IFPA, 2016 (adaptado pela autora, 2019).

Ainda, conforme parceria com a APHA, as pesquisas de campo, as atividades e projetos de intervenção serão realizadas *in loco* na própria área da associação.

Outra oportunidade para os agricultores associados a APHA e seus familiares, com a implementação do curso de FIC, é a oferta do curso gratuitamente. Os cursos de FIC fazem parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Procuram atender desempregados, beneficiários de programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e pessoas de baixa renda têm prioridade para ocupar as vagas nesses cursos de formação profissional (IFPA, 2016). O curso proposto não faz parte do catálogo de cursos FIC já que o mesmo foi montado para atender uma necessidade de demanda de um público específico da APHA, porém mantém seu objetivo de proporcionar oportunidade de melhoria e/ou acesso ao trabalho.

10. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

Quadro 4 - Matriz e Estrutura Curricular do Curso Proposto

 INSTITUTO FEDERAL Pará Campus Ananindeua	Campus Ananindeua/Campus Castanhal		
Curso: GESTÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS			
Carga horária: 140 h.			
ESTRUTURA CURRICULAR			
Componente curricular	Carga horária (hora-relógio)	Carga horária (hora-aula)	Nº aulas na semana
Comunicação e expressão	20	24	1
História da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil	20	24	1
Empreendimento Agrícola Comercial	40	48	4
Comercialização de Produtos Agrícolas	20	24	1
Gestão Agrícola e Plano de Negócios	40	48	4

Fonte: IFPA, 2016 (adaptado pela autora, 2019).

Disciplina: Comunicação e Expressão Carga horária: 20 h
EMENTA
Importância da expressão oral e escrita; Processos comunicativos (leitura, interpretação e produção textual); Estratégias de leitura; Aspectos cognitivos da compreensão de textos; Coesão e coerência; Redação de documentos oficiais; Utilização da norma padrão (revisão de tópicos essenciais de gramática);
BIBLIOGRAFIA
CAMARA JR, J.M. <i>Manual de Expressão Oral e Escrita</i> . 29ª edição. Petrópolis, RJ: VOZES, 2012. FÁVERO, L.L. <i>Coesão e coerência textuais</i> , 11ª edição. São Paulo: ÁTICA, 2011. GARCEZ, Lucília H. do Carmo. <i>Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever</i> . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2012. FIORIN, J.L.; PLATÃO, F. <i>Para entender o texto: leitura e redação</i> . 17 edição. São Paulo: ÁTICA, 2007. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. <i>Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT</i> . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. KARWOSKI, A.M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K.S. <i>Gêneros Textuais: reflexões e ensino</i> . 4ª edição. São Paulo: PARÁBOLA Editorial, 2011. LIMA, A. Oliveira. <i>Redação essencial para concursos: descobrindo os segredos</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PIMENTEL, Carlos. *Redação descomplicada*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: **História da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil**

Carga horária: **20 h**

EMENTA

Conceitos, histórico, importância econômica da Agricultura Urbana e Periurbana – AUP no Brasil e no mundo; conceitos ecológicos; Principais Teorias. Identificação das principais correntes de pensamento agroecológico aplicadas à AUP. Contexto social, ambiental e agrônomicos. Introdução aos sistemas produtivos: comparativo entre produção Rural, Urbana e Periurbana no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1999.. Economia da Empresa, Lisboa: Fundação Calouste, 2005.

ALMEIDA, D. A. O. de; COSTA, H. S. M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. Belém: UFPA, 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, maio de 2004.

MOUGEOT, L. Agricultura Urbana: conceito e definição. Revista de agricultura Urbana, nº 1. Lima: IPES – Promoción de Desarrollo Sostenible, 2000..

PEREIRA, J. M. Et al. **Agricultura urbana**: repercussão estimada na segurança alimentar e na receita familiar. 2011.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural No Brasil** – Uma Abordagem Histórica Da Legislação. 48 Textos Para Discussão. ISSN 1983-0645. Consultoria Legislativa do Senado Federal. GOE Centro de Estudos. Brasília, outubro / 2008.

Disciplina: **Empreendimento Agrícola Comercial**

Carga horária: **40 h**

EMENTA

Conceito de empreendedorismo; características dos negócios da agricultura comercial, tipos de gestores e empreendedores; planejamento operacional e planejamento financeiro. Associativismo e cooperativismo – conceito de associação e cooperativa; importância das organizações associativas; tributação de associações e cooperativas, tipos de cooperativas e associações; Desenvolvimento de pessoas – treinamento e desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

DOLABELA, F. O segredo de Luísa. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2008;

FILION, L. J. Um roteiro para desenvolver o empreendedorismo. 1 ed. IEL, 2004;

DOLABELA, F. Oficina Empreendedora. UFMG.

HARVARD BUSINESS REVIEW. Tomada de decisão. Rio: *Campus*, 2001.

MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CERQUEIRA, J. P. Sistemas de gestão integrados. 2. ed. São Paulo: Quality Mark, 2010.

CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3. Ed. São Paulo: Monoele, 2014.

CASAS, A. Administração de Marketing: Conceito, Planejamento e aplicações à Realidade Brasileira. Atlas, 2006.

ROSA, C. A. Como elaborar um plano de negócios – Brasília: SEBRAE, 2007.

Disciplina: **Comercialização de Produtos Agrícolas**

Carga horária: **20 h**

EMENTA

Estudo dos mecanismos e procedimentos para comercialização dos produtos agrícolas. Conceito de circuitos curtos agroalimentares. Benefícios do uso de circuitos curtos (social, cultural, econômico e ambiental). Introdução à comercialização de produtos. Técnicas de negociação e marketing. Mercados e preços agrícolas. Organização e desenvolvimento de mercados. Custos de comercialização.

BIBLIOGRAFIA

MARQUES, P.V. & AGUIAR, D. R. D. Comercialização de Produtos Agrícolas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

BARROS, G. S. de C. Economia da Comercialização Agrícola. Piracicaba, FEALQ, 1987.

MARQUES, P.V. & MELLO, P.C. Mercados futuros de commodities agropecuárias: exemplos e aplicações aos mercados brasileiros. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros (Bm&F), 1999.

MENDES, J T G COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA Ministério da Educação - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (*Campus Pato Branco/Curso de Agronomia*. 2007.

MAMAOT, “Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local”. Relatório Final do Grupo de Trabalho GEVPAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Lisboa. 2013.

FERRARI, D. Cadeias Agroalimentares Curtas: A Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Brasil. 2011.

Disciplina: **Gestão Agrícola e Plano de Negócios**

Carga horária: **40 h**

EMENTA

Análise de mercado: concorrência, ameaças e oportunidades. Identificação e aproveitamento de oportunidades. Princípios fundamentais de marketing. Definição, características e aspectos de um plano de negócios. Abordagem de questões relacionadas à identificação das novas oportunidades locais de negócios. Desenvolver um plano de negócios para associações e cooperativas.

BIBLIOGRAFIA

FILION, L. J. Um roteiro para o Gestor Agrícola desenvolver o empreendedorismo. 1 ed. IEL, 2004;

ROSA, C. A. Como elaborar um plano de negócios – Brasília: SEBRAE, 2007;

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo. São Paulo: *Campus*, 2008.

MARINS, L. Ninguém é empreendedor sozinho. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENDES, J. Manual do empreendedor. São Paulo: Atlas, 2009.

HOLM, S. Plano de negócios em sete etapas. Tradução de Ilka Maria de Oliveira Santi. Curitiba: IBPEX.

MAXIMIANO, A. S. Administração para empreendedores. São Paulo: Pearson.

APÊNDICE B – Questionário com os sujeitos da pesquisa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

Questionário com os Sujeitos da Pesquisa

Questionário para levantamento de informações da cooperativa dos produtores da Gleba Guajará, Pará, com objetivo de levantar demandas de necessidades locais para previsão e elaboração de cursos locais e pesquisa.

Nome: _____

Ocupação: _____

Gênero () Masculino () Feminino

Onde está localizada sua produção? Cidade: _____

Bairro: _____

Há quanto tempo você é associado da Gleba Guajará? ()

Você é cooperado? () Sim () Não

1. Nível de escolaridade:

() Não possui estudo.

() Ensino Médio incompleto

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino Médio completo

() Ensino fundamental completo

() Estudei até a _____ série

() Ensino Superior

2. Há quanto tempo você está envolvido na atividade agrícola? _____

3. De sua família quais as pessoas estão envolvidas nessa atividade?

() Pai () Mãe () Filhos () Outros _____

4. Dos itens abaixo qual (quais) você acha que pode ajudar na atividade de produção

() Estudos () Financiamentos do governo

() Assistência técnica () Outros _____

5. Quantas pessoas moram com você?

() de 1 a 2

() de 3 a 4

() 5 ou mais

5.a) Quantas das pessoas que moram com você estão na idade escolar?

() ensino fundamental

() ensino médio

- () ensino superior
 () Não sabe

6. Possui celular?

- () Sim
 () Não

7. Possui acesso a internet pelo celular?

- () Sim () Não

8. Possui computador?

- () Sim
 () Não

9. Tem acesso à internet no computador?

- () Sim
 () Não

10. Já fez algum curso voltado para o tema da produção agrícola?

- () Sim
 () Não

Qual? ____

11. Na produção de hortaliças você utiliza algum produto químico?

- () Sim
 () Não

Em caso positivo, qual o objetivo da aplicação dos mesmos:

- () Combate a pragas () Aumento de produção

12. Como você faz para controlar as pragas em sua produção?

- a) ____
 b) ____

13. Possui interesse em cursos de qualificação?

- () Sim
 () Não

14. Já fez algum curso de qualificação?

- () Sim
 () Não

Qual? ____

15. Dos temas abaixo quais delas você acha que deveriam fazer parte de um curso para seus associados?

- | | |
|--|---------------------------|
| () Gestão e Comercialização de Produtos Agrícolas | () Segurança no trabalho |
| () Produção orgânica de hortaliças | () Outros |
| () Planejamento doméstico | () |

() Elaboração de projetos para captação de ()
recursos

16. Destaque duas dificuldades enfrentadas em relação à qualificação.

a) _____

b) _____

APÊNDICE C – Lista de Presença dos Associados e Membros


 ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E
 HORTIFRUTIGRANJEIROS DA GLEBA GUAJARÁ
 Estrada do Curuçambá s/n Coqueiro Ananindeua – PA
 CEP: 67.145-470
 CNPJ: nº22.980.536/0001-53
 FUNDADO EM 15 08 1988

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE HORTIFRUTIGRANJEIRO DA GLEBA GUAJARÁ - PARÁ.

Lista de presença dos associados e membros

1. Domício Pereira de Sousa
2. Ezequias Soares Ribeiro
3. Mariade Lourdes Costa
4. Emerson Teófilo, Eng Agrônomo / Emarel
5. Humberto Real - Emarel - Ananindeua
6. Isena Maria J. Monteiro
7. Antônio Eri Same Costa
8. Carlos da SILVA PAIHELO
9. Marlym Santo de Araújo
10. Hortifrutigranjeiro de Oxente
11. Marcos César J. Ribeiro EMAR - PA
12. Domingos Costa Peixoto
13. Rosinete Albuquerque nascimento
14. Valdeir de Aguiar - COORDENADOR DE EXTENSÃO
15. Ana Carolina Franco - coordenadora de ensino - IFPA
16. Julio de Padua L. Menz - IFPA Professor
17. Kenula B de Silva Barbosa Menz - IFPA Professor
18. Pedro Soares Gomes
19. Denise meiras Costa
20. Francylde Costa Peixoto
21. Francisco Juvenal Brito
22. Francisca Eleiane Moura

E-mail: associacaoglebaguajara@gmail.com
 Fone: (91) 98352-6451 / 98290-6828
 Estrada do Curuçambá s/n CEPº 67.145.470